



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JACILENE DOS SANTOS CASTRO

**PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NO LITORAL MARANHENSE: A
RECONFIGURAÇÃO DO LITORAL DOS MUNICÍPIOS DE RAPOSA E SÃO JOSÉ
DE RIBAMAR**

**FORTALEZA
2018**

JACILENE DOS SANTOS CASTRO

PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NO LITORAL MARANHENSE: A
RECONFIGURAÇÃO DO LITORAL DOS MUNICÍPIOS DE RAPOSA E SÃO JOSÉ
DE RIBAMAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley
Correia Dantas

FORTALEZA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C351p Castro, Jacilene dos Santos.

Práticas Marítimas Modernas no litoral maranhense: a reconfiguração do litoral dos municípios de Raposa e São José de Ribamar / Jacilene dos Santos Castro. – 2018.
119 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas .

1. Litoral. 2. Práticas Marítimas. 3. Reconfiguração. 4. Valorização. I. Título.

CDD 910

JACILENE DOS SANTOS CASTRO

PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NO LITORAL MARANHENSE: A
RECONFIGURAÇÃO DO LITORAL DOS MUNICÍPIOS DE RAPOSA E SÃO JOSÉ
DE RIBAMAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Enos Feitosa de Araújo
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

*À Deus, ao meu pai, aos meus irmãos e
ao meu noivo.*

AGRADECIMENTOS

A finalização de uma etapa além de ser concretização de um objetivo é também momento de olhar para trás e perceber que o caminho que percorremos não foi feito sozinho, que sempre teve a contribuição de algo ou alguém.

Minha sincera gratidão à Deus, fonte de esperança e fé, que sustenta qualquer caminhada e dá sentido à vida, foi Nele o refúgio nos momentos mais atribulados e que pensava estar só.

À minha família por todo apoio e compreensão nos momentos ausentes, que mesmo a distância de casa se fizeram presentes com gestos de incentivos e carinhos. Em especial aos meus irmãos Solange e Johnnatas e meu pai João Castro.

Aos meus amigos de São Luís por me incentivarem na pesquisa e propiciarem momentos de descontração que me relaxavam diante da rotina de estudo: Jacenilde, Teresa, Dinazilda e Janilci.

Ao meu grande amigo e geógrafo, Paulo Roberto, por todo apoio na elaboração dos mapas e trabalhos de campo, és um amigo muito especial que a geografia me deu.

Ao meu noivo Audivan Ribeiro, meu maior incentivador. Meu melhor amigo e conselheiro. Obrigada por fazer parte de todo esse processo. Por me ajudar nas pesquisas e no campo e por caminhar sempre ao meu lado.

As amigadas que cultivei em Fortaleza: Sandra Evaristo, Regina Balbino, Karine Estevam e Vanessa Alencar, apesar de pouco tempo de convivência pude aprender muito com vocês.

A todos que fazem o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, aos professores por todo conhecimento construído ao longo destes dois anos e ao secretário, Erandir, por toda paciência e presteza com as minhas solicitações.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eustógio Dantas, obrigado por sua dedicação com minha pesquisa e por dar norte ao fazer da pesquisa durante o percurso do mestrado. Gratidão também aos professores que contribuíram com esta pesquisa, o Prof. Dr. Alexandre Queiroz, Prof. Dr. Fábio Matos, Prof. Dr. Enos Feitosa de Araújo e Prof. Dr. Edson Vicente (Cacau).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Enfim, minha gratidão a todos que contribuíram para que mais este capítulo do meu percurso como pesquisadora fosse escrito.

“No percorrer da vida pude entender que para vencer os obstáculos é preciso bem mais que força de vontade. É preciso ter fé e acreditar acima de tudo em você mesma. Foi assim, acreditando em mim, que hoje posso dizer: venci mais um degrau.”

Jacilene dos Santos Castro

RESUMO

Ao longo dos anos acompanhamos a constante evolução no processo de apropriação do espaço e de acordo com os interesses de quem o produz são exercidas atividades que fundamentam e caracterizam cada lugar. Dentro desse contexto o espaço litorâneo tem alcançado uma grande relevância, por ser objeto de interesse que perpassa pelos campos econômicos, sociais e turísticos. Diante dessas premissas a pesquisa “Práticas marítimas modernas no litoral maranhense: a reconfiguração do litoral dos municípios de Raposa e São José de Ribamar” tem como objetivo analisar o modo como as práticas marítimas modernas vem configurando o litoral dos municípios supracitados. Para tanto, se faz necessário voltar ao passado e conhecer como esses municípios se sustentavam diante da maritimidade que os rodeia. A pesquisa também explora a maritimidade como um fenômeno de origem externa, haja vista que suas características são baseadas no modelo Ocidental. De lugar do medo e repulsa, o mar ganha um novo olhar, passa a ser considerado local de descobertas e incrementos de novos modelos de apropriação. São as práticas marítimas modernas que se configuram no litoral a partir da necessidade de recriação e valorização do mesmo. Conhecer o processo de ocupação desses municípios, nos ajuda a compreender o modo como hoje os mesmos se configuram. Alguns questionamentos dão suporte a pesquisa, dentre eles: Como se caracteriza o processo de ocupação do litoral maranhense? Qual a relação da população tradicional dos municípios de Raposa e São José de Ribamar, com a maritimidade? Quais as práticas marítimas modernas foram incorporadas nas zonas de praia desses municípios? É em busca dessas respostas que a pesquisa se desenvolve, com o intuito de no fim contribuir com ações, planejamentos e novas pesquisas que se refiram à temática.

Palavras-chave: Litoral. Práticas Marítimas. Reconfiguração. Valorização.

ABSTRACT

Over the years, we have followed the constant evolution in the process of appropriation of space and according to the interests of those who produce it, activities are carried out that underlie and characterize each place. Within this context the coastal area has reached a great relevance, being an object of interest that travels through the economic, social and tourist fields. In view of these premises, the research "Modern Maritime Practices on the Maranhão Coast: Reconfiguration of the Coastal Areas of Raposa and São José de Ribamar" aims to analyze the way in which modern maritime practices have been shaping the coast of the municipalities mentioned above. For that, it becomes necessary to return to the past and to know how these municipalities supported themselves in front of the maritimity that surrounds them. The research also explores maritimity as a phenomenon of external origin, since its characteristics are based on the Western model. From the place of the fear and repulsion, the sea gains a new look, happens to be considered place of discoveries and increments of new models of appropriation. These are the modern maritime practices that are configured on the coast from the need to recreate and enhance it. Knowing the process of occupancy of these municipalities, helps us to understand the way in which they are configured today. Some questions support research, among them: How is the process of occupation of the Maranhão coast characterized? What is the relation of the traditional population of the municipalities of Raposa and São José de Ribamar, with the maritimidade? What modern maritime practices have been incorporated into the beach areas of these municipalities? It is in search of these answers that the research is developed, with the intention of in the end contribute with actions, planning and new research that refer to the thematic.

Keywords: Coastal. Maritime Practices. Reconfiguration. Appreciation

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|-------------|---|---|----|
| Figura 1 | - | Frentes de ocupação do Maranhão..... | 31 |
| Figura 2 | - | Rios do Maranhão..... | 32 |
| Figura 3 | - | Praia de Carimã - Raposa/MA..... | 44 |
| Figura 4 | - | Praia de Mangue Seco - Raposa/MA..... | 45 |
| Figura 5 | - | Praia de Pucal - Raposa/MA..... | 45 |
| Figura 6 | - | Praia do Garrancho - Raposa/MA..... | 46 |
| Figura 7 | - | Ilha de Curupu - Raposa/MA | 47 |
| Figura 8 | - | Crôa do Sarnambi - Raposa/MA | 48 |
| Figura 9 | - | Igreja Matriz de São José de Ribamar..... | 51 |
| Figura 10 | - | Vista parcial da Praia de Banho – São José de Ribamar/MA..... | 54 |
| Figura 11 | - | Praia de Panaquatira – São José de Ribamar/MA | 55 |
| Figura 12 | - | Praia do Meio – São José de Ribamar/MA | 55 |
| Figura 13 | - | Praia do Meio – São José de Ribamar/MA | 56 |
| Figura 14 | - | Praia de Juçatuba– São José de Ribamar/MA | 57 |
| Figura 15 | - | Praia de Boa Viagem – São José de Ribamar/MA | 57 |
| Figura 16 | - | Praia do Caúra– São José de Ribamar/MA | 58 |
| Figura 17 | - | Praia Ponta Verde– São José de Ribamar/MA | 58 |
| Figura 18 | - | Avenida Gonçalves Dias | 62 |
| Figura 19 | - | Antigas rendeiras em Raposa – MA | 68 |
| Figura 20 | - | Litoral de Raposa, década de 50 | 68 |
| Figura 21 | - | Notícia acerca da atividade pesqueira na Raposa | 70 |
| Figura 22 | - | Pesca de Curral – Raposa/MA | 72 |
| Figura 23 | - | Embarcação utilizada para pesca de rede | 72 |
| Figura 24 | - | Embarcação abandonada no cemitério dos barcos | 73 |
| Figura 25 | - | Bandeira e brasão do município de São José de Ribamar | 75 |
| Figura 26 | - | Novo layout da bandeira e brasão do município de Ribamar | 75 |
| Figura 27 | - | Embarcações atracadas no Cais de São José de Ribamar | 77 |
| Figura 28 | - | Curral instalado na praia de Ponta Verde – São José de Ribamar | 78 |
| Figura 29 A | - | Feira artesanal e equipamentos de ginástica no Viva Raposa .. | 83 |

| | |
|---|-----|
| Figura 29 B - Implantação de quiosques no Viva Raposa | 84 |
| Figura 29 C - Pavimento e iluminação do Viva Raposa | 84 |
| Figura 30 - Associação das Rendeiras da Raposa | 85 |
| Figura 31 - Corredor das rendeiras..... | 86 |
| Figura 32 - Rua Principal da Raposa | 87 |
| Figura 33 - Moradias, pousadas e restaurantes no Viva Raposa | 88 |
| Figura 34 - Agência de Turismo | 89 |
| Figura 35 - Embarcações a espera de passageiro | 90 |
| Figura 36 A - Parada para banho na Crôa do Sarnambi | 90 |
| Figura 36 B - Parada para banho na Crôa do Sarnambi | 91 |
| Figura 37 A - Fronhas Maranhenses | 91 |
| Figura 37 B - Fronhas Maranhenses | 92 |
| Figura 38 - Bar flutuante | 92 |
| Figura 39 - Praia de Carimã – Raposa | 93 |
| Figura 40 - Praia de Mangue Seco – Raposa | 94 |
| Figura 41 - Acesso a Praia de Mangue Seco – Raposa | 94 |
| Figura 42 - Praia do Garrancho – Raposa | 95 |
| Figura 43 A - Praia de Banho – São Jose de Ribamar..... | 97 |
| Figura 43 B - Praia de Banho. Vista voltada para a sede da cidade | 97 |
| Figura 44 - Lava pratos na orla da Praia de Banho – São Jose de Ribamar | 98 |
| Figura 45 - Lava bois na orla da Praia de Banho – São Jose de Ribamar ... | 98 |
| Figura 46 - Praia de Panaquatira – São Jose de Ribamar..... | 99 |
| Figura 47 - Av. Principal de Panaquatira/Acesso a praia – São Jose de Ribamar..... | 100 |
| Figura 48 - Casas de Veraneio na Praia de Panaquatira – São Jose de Ribamar | 100 |
| Figura 49 - Venda informal na Praia de Panaquatira – São Jose de Ribamar..... | 101 |
| Figura 50 - Praia do Meio – São Jose de Ribamar | 102 |
| Figura 51 - São Jose de Ribamar | 102 |
| Figura 52 - Kitesurf praticado na praia do Meio– São Jose de Ribamar | 103 |
| Figura 53 A - Veículos dispostos na praia do Araçagy – São Jose de Ribamar | 104 |

| | |
|---|-----|
| Figura 53 B - Veículos estacionados na praia do Meio – São Jose de Ribamar..... | 104 |
| Figura 54 - Veículos surpreendidos pela maré na praia do Araçagy – São Jose de Ribamar..... | 105 |
| Figura 55 - Revitalização da praia do Araçagy– São Jose de Ribamar | 106 |
| Figura 56 - Praia de Boa Viagem – São Jose de Ribamar | 107 |
| Figura 57 - Acesso a praia de Boa Viagem – São Jose de Ribamar | 108 |
| Figura 58 - Casas de veraneio na praia de Boa Viagem – São Jose de Ribamar | 108 |
| Figura 59 - Praia de Juçatuba/Unicamping – São Jose de Ribamar | 109 |
| Figura 60 - Barracas de palha na praia de Juçatuba – São Jose de Ribamar | 110 |
| Figura 61 - Praia do Caúra – São Jose de Ribamar | 111 |
| Figura 62 A - Caiaque, praia do Caúra – São Jose de Ribamar | 111 |
| Figura 62 B - Stand up paddle, praia do Caúra – São Jose de Ribamar | 112 |
| Figura 63 - Regata marítima realizada durante o Festival | 113 |
| Figura 64 - Revitalização do Cais de Ribamar – São José de Ribamar | 114 |
| Figura 65 - Área de lazer do Cais de Ribamar – São José de Ribamar | 115 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-------------|---|----|
| Gráfico 1 – | Evolução do IDH do município de Raposa-MA..... | 48 |
| Gráfico 2 – | Evolução do IDH do município de São José de Ribamar- MA..... | 61 |
| Gráfico 3 – | Fluxo escolar por faixa etária - São Jose de Ribamar – MA..... | 65 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|---|----|
| Tabela 1 – | População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização - Raposa – MA | 49 |
| Tabela 2 – | População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização - São José de Ribamar – MA | 60 |
| Tabela 3 – | Saneamento básico - São José de Ribamar – MA..... | 62 |
| Tabela 4 – | Sistema educacional de São Jose de Ribamar – MA | 64 |
| Tabela 5 – | Número de Matrículas | 64 |

LISTA DE MAPAS

| | | |
|----------|---|----|
| Mapa 1 – | Ilha do Maranhão..... | 38 |
| Mapa 2 – | Localização do município de Raposa – MA..... | 43 |
| Mapa 3 – | Faixa Litorânea do município Raposa/MA | 42 |
| Mapa 4 – | Localização do município de São José de Ribamar – MA..... | 52 |
| Mapa 5 – | Faixa Litorânea do município de São Jose de Ribamar/MA..... | 53 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| COMARCO | Comercial Araguari Indústria e Construções Ltda |
| COPAMA | Cooperativa de Pesca do Maranhão |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada |
| NDPEG | Núcleo de Documentação Pesquisa e Extensão Geográfica |
| NE | Nordeste |
| NPDTUR | Núcleo de Pesquisa e Documentação de Turismo |
| SEMTUC | Secretaria Municipal de Turismo e Cultura |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| PNDPA | Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRODETUR | Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo |
| SINFRA | Secretaria de Infraestrutura |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 | O FENÔMENO DA MARITIMIDADE | 21 |
| 2.1 | O mar como território do medo | 23 |
| 2.2 | Um novo olhar sobre os espaços litorâneos | 25 |
| 3 | PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE ... | 27 |
| 3.1 | As frentes de povoamento do Maranhão | 30 |
| 3.2 | Processo de ocupação e caracterização do Município de Raposa | 36 |
| 3.3 | Processo de ocupação e caracterização do Município de São José de Ribamar | 50 |
| 4 | O LITORAL MARANHENSE E SUAS PRÁTICAS MARÍTIMAS TRADICIONAIS: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE RAPOSA E SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | 66 |
| 4.1 | Práticas marítimas tradicionais inseridas no litoral de Raposa .. | 67 |
| 4.2 | Práticas marítimas tradicionais incorporadas no litoral ribamarense | 75 |
| 5 | AS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NO LITORAL MARANHENSE: A CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO NO LITORAL DE RAPOSA E SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | 79 |
| 5.1 | Práticas marítimas modernas no litoral do município de Raposa | 82 |
| 5.2 | O litoral ribamarense e sua reconfiguração | 96 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| | REFERÊNCIAS | 118 |

1 INTRODUÇÃO

O espaço, que é produzido e produtor das relações sociais, vem sendo moldado ao longo dos anos de acordo com as práticas e os interesses de quem o produz, “cada sociedade, dependendo do modo de produção, engendrará seu espaço à sua maneira.” (COSTA, 2012. p. 149).

Quando uma sociedade se produz em um espaço determinado, como condição de sua própria existência, inevitavelmente produz um espaço que lhe é próprio, marcado por especificidades. Isso significa pensar o espaço como mercadoria. Hoje, debater a produção do espaço urbano pressupõe inserir-se na lógica da produção capitalista que, inevitavelmente, transforma toda a produção em mercadoria. Pode-se observar que a noção de produção vincula-se à produção do homem, às suas condições de vida na sociedade, ou seja, à reprodução das relações sociais que acontecem em tempo e lugar determinados e em escalas diversas.

Trazendo Milton Santos para o debate sobre o espaço, o mesmo o define como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações em que se pode reconhecer suas características analíticas internas. Entre elas estão: a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo (SANTOS, 2002).

Através dessas características e de acordo com as particularidades de cada meio é que o espaço vai se produzindo e reproduzindo. Entendendo essa dinâmica de cada lugar e a relação homem e espaço, que se definiu o espaço litorâneo, como base para o objeto de estudo. Através de uma análise sobre a reconfiguração do litoral maranhense, destacando dois municípios que fazem parte da Ilha do Maranhão: Raposa e São José de Ribamar. O estudo foi desenvolvido através do passeio entre as práticas marítimas tradicionais dos municípios supracitados às práticas marítimas modernas, que hoje se configuram no litoral.

Ao longo dos anos com o fenômeno da globalização, o acesso a internet, o avanço dos transportes, ficou mais fácil e acessível para muitas pessoas poder viajar, conhecer novos lugares. Mesmo aqueles que teoricamente seriam próximos, se tornariam distantes devido a falta de acesso e a infraestrutura. Um dos locais mais escolhidos no roteiro dos viajantes é a zona de praia, que antes era frequentada em sua maioria, pelos próprios moradores (população tradicional pobre)

e também trabalhadores, mais especificamente pescadores artesanais. Hoje o litoral é a porção de terra mais povoada, com maior custo econômico e tornou-se um espaço disputado tanto pela população local quanto pelas atividades turísticas.

O litoral maranhense, não diferente do restante do Brasil, vem modificando suas práticas litorâneas, que antes se baseavam tão somente na moradia popular e no trabalho, remodelando seu espaço de acordo com o interesse de quem o detém.

É perceptível o interesse não só da população quanto do poder público em tornar o espaço litorâneo em uma área mais atrativa e turística, valorizando a zona de praia e transformando-a em área de interesse turístico e de lazer. Os litorais dos municípios de Raposa e São José de Ribamar, nos últimos anos vem inserindo em sua orla, atividades que atraem os turistas e cativam a população local, são práticas marítimas modernas como: esportes e passeios náuticos, vilegiatura e turismo litorâneo, práticas que reconfiguram não só o contexto econômico dos municípios, como o modo de apropriação das zonas de praia.

É importante lembrar a importância do litoral para as atividades econômicas baseadas no turismo ou mesmo a apreensão do mesmo pela população local para atividades de lazer. Porém, vale ressaltar que ainda existem populações que subsistem devido as práticas marítimas tradicionais e que o mesmo espaço deve ser usufruído de forma que uma prática não suprima a outra. Desse modo, compreender como as práticas marítimas modernas vem se configurando ao longo do litoral dos municípios supracitados, bem como entender como a população tradicional vem se adaptando frente a inserção de novas tendências marítimas, torna-se relevante para entender como o litoral maranhense está se configurando. Para tanto, algumas questões foram levantadas norteando o desenvolvimento da pesquisa. Tais como:

- ✓ Como se caracteriza o processo de ocupação do litoral maranhense?
- ✓ Qual a relação da população tradicional dos municípios de Raposa e São José de Ribamar, com a maritimidade ao longo dos anos?
- ✓ Quais as práticas marítimas modernas foram incorporadas nas zonas de praia nos municípios estudados?
- ✓ De que forma o turismo contribui para a consolidação das práticas marítimas modernas?

A partir desses questionamentos e buscando suas respostas traçamos alguns objetivos que embasou a pesquisa: Objetivo geral - entender de que forma as práticas marítimas modernas vem configurando o litoral dos municípios de Raposa e

São José de Ribamar – MA. E com o detalhamento desses objetivos podemos: compreender como se caracteriza o processo de ocupação do litoral maranhense; conhecer a historicidade que configurou as práticas marítimas tradicionais dos municípios de Raposa e São José de Ribamar; identificar as práticas marítimas modernas que vem se configurando nas zonas de praia dos municípios supracitados e identificar quais as contribuições do turismo para a valorização dos espaços litorâneos.

Para a realização desse trabalho, buscou-se suporte nos fundamentos sobre a abordagem cultural em geografia, onde a mesma tem como ponto de partida “os homens e as representações do espaço onde habitam, dado explicitador da modificação de mentalidade e, sobretudo, da relação com o meio ambiente e o espaço” (DANTAS, 2010, p. 110). Esse tipo de abordagem tem no fluxo de informações, meios para construir, alimentar, representar e transformar o espaço.

O trabalho também se estruturou a partir de pesquisa bibliográfica em bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão: Núcleo de Documentação Pesquisa e Extensão Geográfica - NDPEG e Núcleo de Pesquisa e Documentação de Turismo - NPDTUR, Biblioteca Municipal José Sarney, em São José de Ribamar e sites oficiais (Prefeitura de São José de Ribamar e Raposa, IBGE, dentre outros), registros fotográficos, entrevistas, além visitas a Órgãos Públicos como a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de São José de Ribamar – SEMTUR e Secretaria Municipal de Turismo de Raposa, na busca de informações sobre as atividades exercidas no litoral dos municípios. Outro ponto que reforçará a percepção do trabalho será a pesquisa *in loco* dos municípios, a fim de conhecer melhor a realidade dos mesmos através de entrevistas e conversas informais com os moradores e pescadores da região.

Para uma melhor compreensão da área estudada, foram elaborados mapas através de coleta de pontos e fotografias, espacializados a partir da utilização do software Qgis 2.18.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos: o primeiro, descrito como “O fenômeno da maritimidade” que aborda o início da relação da sociedade com o mar e como o espaço litorâneo foi sendo redescoberto através de novos olhares. O segundo capítulo, “Processo de ocupação do território maranhense” trata sobre as frentes de povoamento do Maranhão e como se deu o início da ocupação dos municípios de Raposa e São José de Ribamar, abordando em seguidas as

particularidades de cada município. Ao chegar ao terceiro capítulo “O litoral maranhense e suas práticas marítimas tradicionais: o caso dos municípios de Raposa e São José de Ribamar” estaremos de fato entrando no nosso objeto de estudo, descrevendo a relação de cada município com o mar e pontuando as práticas marítimas tradicionais que eram e são realizadas nos áreas de estudo. Entendendo que o espaço vive em constante transformação chegamos ao quarto capítulo “As práticas marítimas modernas no litoral maranhense: a consolidação das atividades de lazer e turismo no litoral de Raposa e São José de Ribamar”, que aborda de fato, as mudanças ocorridas nos espaços litorâneos. Trata-se da descrição sobre as práticas marítimas modernas, agora incorporadas a esses espaços e a valorização do litoral.

2 O FENÔMENO DA MARITIMIDADE

Para entender de que forma se iniciou o fenômeno da maritimidade, é necessário retornarmos para o fim do século XIX¹. Momento que a mesma se baseava nas relações entre a sociedade e o mar, relações essas que fizeram com que o mar, lugar de repulsa, vazio e medo se tornasse atrativo aos olhares da sociedade. Tal fenômeno se deu a partir do momento em que as práticas marítimas ocidentais foram incorporadas no litoral brasileiro, caracterizando-se como o fenômeno da ocidentalização. Segundo Dantas (2010, p. 24), observa-se uma mudança de mentalidade dos grupos locais em relação ao mar, onde o desejo pelo mar no Brasil se aproximava daquele da invenção da praia no Ocidente.

Em linhas gerais, a maritimidade exercida no Brasil, foi em síntese a transferência do modo de vida marítimo Ocidental para nossa realidade, ou seja, “fundaram-se no mesmo sistema de representações que tornaram as praias atraentes aos europeus” (DANTAS, 2010, p. 25). Nesse caso, Corbin (1988) apud Dantas (2010), relata:

O desejo pelos espaços litorâneos surge entre 1750-1840, com a invenção das praias. Anteriormente as praias eram portadoras de imagens repulsivas que impediram a consideração do charme desses espaços e do mar. [...] A reversão dessa imagem repulsiva se opera entre 1660 e 1675 graças aos

¹ A matriz da transformação situa-se entre os séculos XVI-XVIII, momento em que os europeus se aventuraram pelos mares em esforço alimentado pelo comércio, pela geração de novos instrumentos (bússula, astrolábio entre outros) e, até mesmo, pela reversão do quadro de imagens repulsivas associadas ao mar (DANTAS, 2011).

progressos científicos alcançados, sobretudo no domínio da oceanografia e à emergência de três fenômenos que modificam o sistema de apreciação: a teologia natural, a exaltação das costas holandesas e a moda de viajar na baía de Nápoles [...] Os românticos, os médicos (os higienistas) e a nobreza contribuíram para o desenvolvimento das novas práticas marítimas. (CORBIN, 1988 apud DANTAS, 2010, p. 25).

Desse modo, podemos entender a maritimidade como um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo, Silva (2006). É importante entender que a relação sociedade-mar se configurava não somente através do espaço litorâneo como um meio físico, mas também através da simbologia e do imaginário criado sobre o mar.

Quando se fala no fenômeno da maritimidade, Dantas (2004) revela não haver somente a construção de uma imagem midiática dos países tropicais pelos ocidentais a exercer poder de atração em relação aos consumidores de praia. Observa-se, também, um fenômeno de incorporação dos hábitos, valores e costumes ocidentais por parte dos habitantes dos trópicos. Com a incorporação das práticas ocidentais no litoral brasileiro, observou-se também uma tentativa de diferenciação social fundada na virtude da civilização europeia. Tal civilização é cantada e ovacionada pela elite local, que se crê capaz de transmitir seus valores aos outros. Indica-se, portanto, sentimento de superioridade da citada elite (composta de europeus, mas com uma participação muito forte de mestiços) e de certas camadas em relação a outros grupos autóctones, notadamente os indígenas, sempre tratados como selvagens ou primitivos (DANTAS, 2004).

A oposição entre maritimidade externa-moderna e maritimidade interna-tradicional não deve ser generalizada como aponta Dantas (2004). Na realidade, também houve grupos locais que produzem os mesmos territórios e alimentam os mesmos desejos existentes no Ocidente. Porém, observou-se de fato, uma mudança de mentalidade de grupos locais em relação ao mar a partir da ocidentalização. É neste quadro que se pode inscrever o desejo pelo mar no Brasil, próximo daquele da invenção da praia no Ocidente.

2.1 O mar como território do medo

Apesar da dinâmica hoje associada a maritimidade, devemos entender que nem sempre o mar foi visto como lugar atrativo e de interesse social. Havia de início uma repulsa quanto aos espaços litorâneos, que constantemente era associado ao medo. Como relata Dantas:

Os europeus evitavam aventurar-se muito diante da costa e dos mares interiores. Para eles, longe da costa, encontravam-se o desconhecido, vinculado constantemente a representações místicas as quais falavam de obstáculos intransponíveis: o abismo que engolia os navios, o mar habitado por monstros e deuses coléricos, o mar repleto de recifes desumanos. Ademais, esse medo associava-se sempre a imagem relacionada a morte.(DANTAS, 2011, p. 11)

Essas representações voltadas ao mar, por sua vez eram eternizadas em pinturas que engrandecia e confirmava o temor sobre esse lugar pouco explorado. “O mar provocava invasões, era o abrigo dos piratas, era um elemento hostil, com seus mangues geradores de miasmas que interditam as culturas” Dantas (2011, p. 12). Para os europeus que cultivavam esse imaginário acerca do mar, havia a limitação de navegar somente próximo ao seu litoral. Essa repulsa fez com que o mar fosse utilizado somente para práticas comerciais, meio de transportes e também como meio de sobrevivência, através da pesca.

Para Silva (2006, p.38), “o mundo conhecido pelos europeus até o século XV resumia-se à própria Europa, parte da Ásia e norte da África”. Havia uma visão do mar como ligação a fatos religiosos e as impressões diluvianas, levando as praias a serem locais, por muito tempo, repulsivos para a população. A visão teocêntrica, bastante arraigada até a Idade Média, só irá mudar gradativamente a partir do século XVII.

Corbin (1989)², identifica de maneira minuciosa a origem da repulsa ao mar. Relatando que é necessário compreender a gênese das leituras e das práticas novas da paisagem litorânea que se opera por volta de 1750, desse modo se pode perceber que tais representações que funda a repulsa ao mar, se baseia coerentemente. Sendo algumas delas baseadas em interpretações de livros bíblicos:

² Alan Corbin, em sua obra *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental* (1989), além de retratar a origem do medo, ainda relata o quê e qual foi o motivo que levou a inversão do pensamento negativo adotado ao mar.

A interpretação da Bíblia, particularmente a do *Gênese*, dos *Salmos* e do *Livro de Jó*, marca profundamente as representações do mar. Os relatos da Criação e do dilúvio tingem-se de traços específicos do imaginário coletivo. O *Gênese* impõe a visão do "Grande Abismo", lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus. Essa extensão palpitante, que simboliza, ou melhor, que constitui o incognoscível, é em si mesma terrível. Não existe mar no Jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada do paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina; santo Agostinho, santo Ambrósio e são Basílio, compraziam-se em repeti-lo. (CORBIN, 1989, p.11).

A literatura religiosa sempre concedeu um lugar importante à simbólica do mar e de suas praias. Ocorre também de interpretar-se o mar como um símbolo do purgatório, à imagem de uma travessia que pode ser, para o pecador surpreendido pela tempestade punitiva, a ocasião do arrependimento e do retorno ao caminho correto. O medo do desconhecido também, está relacionado a episódios da mitologia e da literatura clássica, reforçando a visão negativa do mar. São romances que se encerram através de lamentações e mortes trágicas nas águas e monstros e deuses que de forma maligna se tornaram divindades do mar. Corbin (1989), ainda afirma:

O litoral antigo é também o receptáculo dos excrementos do mar; é ao longo da praia que este se purga e expulsa seus monstros. Sêneca o relembra: "Faz parte da natureza do mar rejeitar sobre as praias toda secreção e toda impureza e tais purgações ocorrem não apenas quando a tempestade agita as ondas, mas quando reina a calma mais profunda". (CORBIN, 1989, p.23).

Além de toda simbologia e aspectos místicos que afastavam a sociedade das proximidades do litoral, ainda existiam alguns fatores físicos, palpáveis que contribuíam para essa repulsa: a insalubridade do ambiente e o surgimento de doenças que iam desde os miasmas a enjoos e ânsias, acrescidos pela sensibilidade dos odores da região e por viagens em alto mar.

Configuram-se desse modo, alguns fatores que contribuíram para o afastamento da sociedade em relação ao mar e suas costas. Com essas representações o litoral sofre um vazio e perde o interesse de ser explorado. Situação que muda a partir do avanço científico, sobretudo com o domínio da oceanografia, que reverte o quadro de medo e repulsa para descobertas e admiração. .

2.2 Um novo olhar sobre os espaços litorâneos

De imagem repulsiva à qualidade de vida, o mar passa a ganhar um novo significado, a partir do momento em que poetas barrocos passam a descrever as belezas marítimas. Foram eles os responsáveis por um discurso que enriqueceu os modos de apreciação a praia (CORBIN, 1989). Por volta do século XVII, poetas franceses passam a descrever em forma de poesia, a alegria que o mar transmite. Em formas de retiro, indivíduos se refugiavam nesse lugar bucólico, em busca de repouso e tranquilidade. O que abria espaço para apreciação da paisagem e o conhecimento de fato do litoral.

Essa experiência demonstra que o deslumbramento face às riquezas do mar, experimentado no final do século pelos adeptos da teologia natural, foi precedido de um outro sistema de apreciação, ele próprio distinto de um modelo anterior fundado sobre os vínculos do mar e da fantasia. “A sedução do repouso provocado pelo retiro, a prática da meditação e da conversação, o devaneio favorecido pelo ambiente,” certas formas de engajamento do corpo, a fascinação exercida pelas vibrações luminosas do espelho aquático, compõem uma gama de prazeres do lugar, sem que, no entanto, as testemunhas procurem pintar o espetáculo da natureza como irão fazê-lo, no início do século seguinte, os autores de poemas loco-descritivos. (CORBIN, 1989, p.33).

Além dos poetas da época, a literatura religiosa também busca em seus livros, trechos que fundamentam o novo olhar sobre a maritimidade. Corbin (1988) relata que “é necessário levar em conta essa leitura piedosa do espetáculo da natureza e da harmoniosa figura de terra pós-diluviana. A teologia natural opera com sucesso a dissolução das imagens repulsivas inicialmente evocadas”. Dessa vez, autores usam a imagem de Deus como soberano tranquilizador e não mais como o Deus que pune e aterroriza usando suas águas como forma de castigo. Os fenômenos naturais ocorridos na costa são tidos como elementos de proteção ao homem e mesmo ao meio natural:

Os ventos marítimos foram criados por Deus para assegurar a depuração das águas, dar propulsão aos barcos e refrescar as terras superaquecidas pelo sol. Quanto às tempestades, têm também sua utilidade, como os vulcões e os tremores de terra. Sua agitação, que poderia parecer vã, visa corrigir ou purificar o ar, renovando-o. (CORBIN, 1989, p.39).

A partir desses relatos se constrói uma nova visão sobre os espaços litorâneos, que por hora foi criado por Deus para o bem-estar do homem. Baseado nesses fatos e juntamente com a modificação da mentalidade dos europeus, o mar passa ser território de interesse e explorado para diversos fins.

Surge desse modo práticas marítimas associadas à saúde e bem estar da sociedade, que receberam a contribuição de três grupos como nos confere Dantas (2010): os românticos – mediante a criação de um discurso coerente sobre o mar; os médicos/higienistas – por meio de um discurso médico que provoca a corrida às estações balneárias e dos adeptos da natação as praias e a nobreza – como indicador de um efeito de moda na sociedade.

Dentre as práticas marítimas associadas à saúde, surgem aquelas ligadas ao tratamento terapêutico, prescritas para doenças como tuberculose, depressão e problemas respiratórios, onde se acreditava que o ambiente marítimo beneficiava os doentes através da qualidade curativa da água fria do mar e do clima, com recomendações médicas variando de banhos de mar, a passeios de barco e estadia em ilhas. Como explica Dantas (2010):

As prescrições de banho de mar como tratamento terapêutico provocam a corrida massiva de doentes às estações balneárias. Estes doentes acometidos pela melancolia e depressão, tentam acalmar suas angustias. Tal quadro se descreve num discurso médico, que assume e codifica as práticas marítimas e prescreve o banho de mar. (DANTAS, 2010, p.26)

Outras práticas ocidentais também foram incorporadas no cotidiano social, as práticas de recreação e lazer. Com destaque para as serenatas e as caminhadas na praia, a vilegiatura e o turismo litorâneo, que vem em constante crescimento e contribuem para a valorização da zona de praia.

Desse modo, como afirma Dantas (2010), surge uma mudança de mentalidade de grupos locais em relação ao mar. É nesse quadro que se pode inscrever o desejo pelo mar no Brasil, próximo desse inventado na praia do Ocidente. A consciência higienista, as descobertas dos benefícios dos banhos de mar e a transferência das residências elitistas para o litoral, iniciaram as novas práticas marítimas no litoral brasileiro.

A nova configuração do litoral se iniciou no Rio de Janeiro, por volta de 1892 valorizando as zonas de praia através de tratamentos terapêuticos, casas de veraneios e a construção de uma via litorânea em Copacabana em 1904. Em

seguida, foi a vez da cidade de Fortaleza, onde as residências litorâneas eram usadas para tratamento de doenças pulmonares, tendo a vilegiatura como uma das práticas marítimas exercidas na Praia de Iracema. Fatos também observados na Praia de Boa Viagem em Recife nos anos de 1929 (DANTAS, 2010, p. 23).

Como se podem observar as práticas terapêuticas realizadas no litoral e a vilegiatura podem ser consideradas como as primeiras praticas marítimas modernas incorporadas no Brasil, devido às transformações econômicas ocorridas no final do século XIX. Onde os principais usuários desse novo litoral eram as classes médias e os praticantes de turismo no país. A partir de então as atividades relacionadas ao mar começa a ganhar diferentes conotações e características, de acordo com o local onde a mesma é praticada. Cada cidade litorânea de acordo com sua particularidade foi se desenvolvendo de acordo com sua necessidade, umas inclusive ainda vivem basicamente de sua tradição litorânea.

Entendendo como mar ganhou diversas conotações através da história, crenças e poesias, descobrimos que o mesmo ainda tem muito a ser explorado. São com essas premissas que daremos inicio a nossa pesquisa, tendo o litoral como pano de fundo para a análise das áreas estudadas.

3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITORIO MARANHENSE

O Estado do Maranhão, localizado na região Nordeste do Brasil, limita-se a norte com o Oceano Atlântico, a leste com o Piauí, a sul e sudoeste com o Tocantins e a noroeste com o Pará. O censo de 2010 registra uma população de 6.574.789 e a área territorial de 331.936,949 km², sendo o 8º maior estado por extensão. Compõe em sua densidade demográfica de 19,81 hab/km² e possui um total de 217 municípios, (IBGE, 2010). Apresenta diversas versões de sua etimologia, dentre elas: do tupi *mar'anhã*, que significa “o mar corrente” e devido ao seu litoral se particularizar em forma de rias, sua etimologia também é relacionada a um emaranhado de canais costeiros (FERREIRA, 2008, p. 87).

Considerando a colonização de outras regiões do Brasil, a do Maranhão se configurou bem depois, em relação a expansão portuguesa. A primeira tentativa de ocupação do espaço maranhense deu-se quando o Brasil foi dividido em Capitânicas Hereditárias por obra de D. João III em 1534, Ferreira, (2008, p.87). Apesar de algumas tentativas de ocupação do território maranhense, foram os

franceses os primeiros a adentrar no mesmo, seguindo a mesma lógica econômica e política dos portugueses, baseada no povoamento periférico do território. Após fundar e permanecer por alguns poucos anos, estes retornaram a França para divulgar as riquezas encontradas e as vantagens desse lugar ser colonizado pelos franceses.

Um pouco mais tarde, em 1612, e com a chegada de reforços, eles fundaram a cidade São Luís, além de construir fortes, iniciando uma nova colônia, agora denominada de França Equinocial. Aos nativos foram decretadas leis que discorriam sobre religião e principalmente a necessidade de obediência ao Rei da França (FERREIRA, 1999 apud FERREIRA, 2008 p. 88). Em 12 de agosto de 1612 foi realizada a primeira missa pelos Capuccinos franceses e no dia 08 de setembro (aniversário da Cidade de São Luis) foi fundada a colônia - hoje capital do Maranhão, São Luis - cujo forte Saint Louis, homenageava o rei da França Luis XIII, firmava-se desse modo o domínio francês.

Visando explorar mais o território maranhense os franceses realizaram expedições que saíam de São Luis até o interior do Maranhão, a oeste em direção da capitania Grão-Pará e para o sul avançando pelo rio Mearim. Em meio a essas expedições houve aprisionamento de índios, reconhecimento de potencialidades naturais para explorações econômicas e mais construções de fortes que protegiam o leste territorial.

A cobiça francesa por esta região decorreu da ausência portuguesa nesta parte do imenso litoral brasileiro, da existência de bons portos naturais e da proximidade destes com a Europa. Além disso, nesta época, Portugal encontrava-se incorporado pela Espanha à União Ibérica (1580-1640). Após diversos conflitos, como a batalha de Guaxenduba³, os portugueses conseguem expulsar os franceses em 1615, estabelecendo-se definitivamente no território, principalmente após a criação, por ato régio, do Estado Colonial do Maranhão em 1618. Em seguida os portugueses iniciaram o processo de ocupação das terras do sertão, seguindo o curso dos grandes rios maranhenses, como o Itapecuru.

³Jerônimo de Albuquerque, primeiro capitão-mor do Maranhão, iniciou os combates dedicados a expulsão dos franceses em 22 de julho de 1613, o que após uma trégua e demorado litígio das Coroas interessadas, foi concretizado em 03 de novembro de 1615 com a retomada do forte de São Luis, por uma tropa sob o comando de Alexandre de Moura (FERREIRA, 2008, p.90).

Reina, entre historiadores maranhenses, grande discórdia quanto ao sucesso da empreitada francesa. Para alguns ela foi superestimada, no início do século passado, como forma de proporcionar à decadente capital ludovicense uma aura aristocrática (LACROIX, 2002; SOUSA, 2007). Os defensores dessa corrente apontam a arquitetura e a azulejaria portuguesa que existe em São Luís, como prova de que esta era uma cidade de origem portuguesa. Outra controvérsia refere-se à Guaxenduba, batalha vencida pelos portugueses, apesar de sua inferioridade bélica e de contingente. Atribuir tal feito a um milagre da Virgem Maria não convenceu os historiadores.

A ocupação das terras maranhenses, entretanto, prossegue conturbada. Em 1641 os holandeses ocupam a cidade de São Luís de onde serão expulsos três anos mais tarde. A partir daí torna-se um ponto de apoio dos portugueses à exploração da Amazônia e ao povoamento do Norte do país. As dificuldades eram tantas que em 1621 é instituída a divisão do Brasil em duas grandes porções: o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil. O Estado do Maranhão compreendia desde o Ceará até o Amazonas (FURTADO, 1986; TROVÃO, 2010). Em 1682 é criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão, sediada em Belém, com o objetivo de fomentar a atividade econômica de exportação no norte do Brasil. Estas medidas, apesar de parciais, consolidam a posse do território e auxiliam a implantação de uma tímida economia de exportação. Entretanto, os privilégios de comércio cedidos a essa empresa, a cobiça e a má administração dos seus gestores geram insatisfações na população de colonos, que culminam com a Revolta de Beckman⁴, de consequências muito sérias, segundo Prado Junior (1983). A revolta, sufocada em 1684, é liderada por Manuel Beckman, proprietário do maior engenho açucareiro do Maranhão, situado no vale do Mearim.

Furtado (1986) explica que as dificuldades dos colonos maranhenses eram muitas: solos inadequados para a cultura da cana-de-açúcar, isolamento e colonização tardia em relação ao restante do Brasil, além da desorganização administrativa e econômica num mercado já bastante concorrido como o do açúcar e

⁴ Manoel Beckman, Francisco Dias Deiró, Jorge de Sampaio, Tomás Beckman, Belchior Gonçalves, Manoel Coutinho, Lázaro de Melo e mais alguns padres faziam reuniões secretas, trocavam bilhetinhos no meio das missas e espalhavam pelas cidades panfletos de indignação contra a administração de Francisco de Sá e Menezes. Os moradores de São Luís com mais 100 revoltosos tomaram a cidade, renderam a tropa, prenderam o capitão-mor, Balthazar Fernandes, e deram início ao movimento conhecido como revolta de Beckman, sob a alegação de que eram leais vassalos e deveriam solicitar de seu príncipe alívio dos trabalhos, e a emenda das desordens, que se padecem. (CAETANO, 2007).

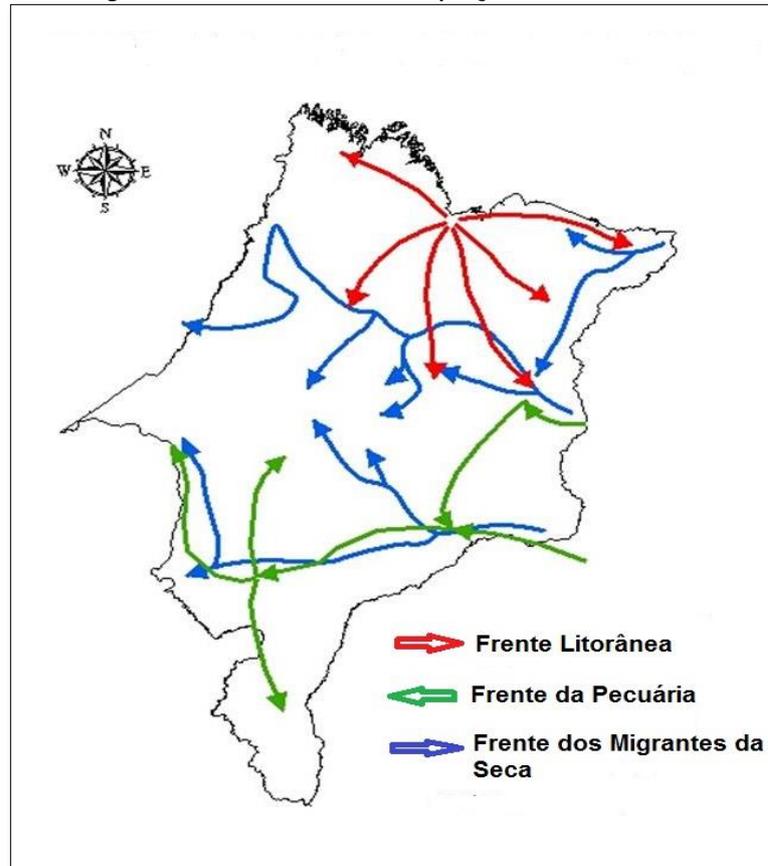
do fumo. E as dificuldades prosseguem porque “em toda a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte, os colonos do chamado Estado do Maranhão lutaram tenazmente para sobreviver” (FURTADO, 1986, p. 67). A economia regride para subsistência e para a caça ao índio. Neste processo de interiorização, “os colonos foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades”

Em meados do século XVIII a economia colonial do Brasil dividiu-se em três sistemas ou centros econômicos – “a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão (...). Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão” (FURTADO, 1986, p.90). Com o auxílio do Marquês de Pombal é criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755), que estimulará o cultivo do algodão. A cotonicultura subindo as margens do Itapecuru cobrirá principalmente a região de Caxias, trazendo consigo grande contingente de mão de obra africana, levando Prado Junior (1983, p. 82) a afirmar que o algodão “apesar de branco, tornará preto o Maranhão”. Prado Junior afirma também que é no Maranhão que o progresso da cotonicultura é mais expressivo e interessante porque esta região, até então a mais pobre da colônia, superaria todas as demais em riqueza nesta época.

3.1 As frentes de povoamento do Maranhão

Trovão e Feitosa (2006) e Trovão (2008) advogam a ideia de que o território maranhense foi efetivamente ocupado a partir de três frentes de povoamento, com origens e épocas diferentes: a Frente do Litoral, Frente da Pecuária ou dos Criadores de Gado e a Frente dos Migrantes da Seca (Figura 1).

Figura 1 - Frentes de ocupação do Maranhão



Fonte: TROVÃO, 2008. Adaptado CASTRO, 2017

No Maranhão, o processo de conquista francesa e a posse definitiva do território aos portugueses, iniciou-se em São Luís, pelo litoral, espalhando-se em seguida para o sentido oeste-leste e posteriormente pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Grajaú (Figura 2). Formada pelos portugueses, seus descendentes e pelos índios domesticados, um dos objetivos da frente litorânea foi garantir a ocupação do espaço e uma de suas tarefas mais árdua foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra – os índios. A partir de então, como relata Trovão (2008, p. 13), começa a luta contra a violência, sujeição religiosa, destruição e escravidão de grande parte dos indígenas do Maranhão.

Figura 2 - Rios do Maranhão



Fonte: IBGE, 2013.

A frente litorânea teve como ponto de partida a ilha do Maranhão, distribuindo-se em varias direções, sendo o mar e os rios seus principais meios de ocupação. Duas outras ramificações acompanharam o litoral: a do oeste, em direção à foz do Gurupi, onde foram instalados portos para a escoação de produtos agrícolas. Dessa ocupação fundaram-se cidades como Cururupu, Guimarães, Alcântara, Turiaçu e Carutapera (TROVÃO, 2008)

A segunda ramificação acompanhou o litoral e a costa oriental, e estimulou o desenvolvimento da pecuária, a exploração de salinas e a comunicação com outras províncias como Ceará e Pernambuco. Um dos objetivos que as duas ramificações havia em comum era o aprisionamento dos índios, porém encontraram

resistência em alguns, como o caso dos índios Tremembé. Porém sua resistência não lhes pouparam de serem subjulgados e catequizados.

Embora lenta e sempre nas proximidades dos rios a frente avançava. Sendo o rio Itapecuru sua principal via de penetração em direção ao interior do estado, devido diversos fatores, dentre eles a condição favorável de navegação. O primeiro trecho de ocupação da bacia do Itapecuru se deu em sua foz, onde apresentou uma maior expressividade ocupacional entre 1641 e 1644. Segundo Trovão (2008, p. 15), gradativamente outros vales foram sendo ocupados, durante o governo de Gomes Andrade (1685/1687), a frente iniciou a ocupação do vale do Mearim e do Munim.

O avanço da corrente através do vale do Munim se deu pela proximidade com o Piauí, utilizando os rios Munim e Iguara como forma de deslocamento para chegar a São Luis. Segundo Andrade (1974) apud Trovão (2008):

Um século após a ocupação portuguesa o povoamento estava apenas em torno das Baías de São Marcos e São José, ocupando a Ilha do Maranhão, no continente a noroeste com Alcântara, nos baixos vales dos rios Mearim e Pindaré, na baixada Maranhense, onde havia fazendas de gado e nos vales inferiores dos rios Itapecuru e Munim. Representado principalmente por Icatu, cujo povoado fica na foz do rio Munim. (ANDRADE, 1974 apud TROVÃO, 2008, p. 17).

É perceptível que essa frente desenvolveu processos de conquistas, devido as explorações e ocupações, porém é inegável, as consequências desse avanço que se baseou em violência contra os nativos, considerando-se a morte de vários indígenas, como os Guanazes em 1691 e os Guajajaras em 1616. Sem esquecer a significativa participação das ordens religiosas, que por mais que estas tiveram o intuito de formalizar uma frente, comportaram-se como tal, com o pretexto de evangelizar através da catequese.

A segunda frente de ocupação do estado, denominada de Frente da Pecuária ou dos Criadores de Gado. Ocorreu mais de um século depois da Frente Litorânea. A separação entre a atividade açucareira e a pecuária na Zona da Mata estimulou o povoamento dos sertões nordestinos. Uma vez que a atividade pastoril crescia havia a necessidade do afastamento das áreas canavieiras, uma vez que a criação de gado necessitava de espaço para o pasto e conseqüentemente não poderia atrapalhar a produção canvieira. Então, ao se desviar do engenho que se encontravam próximo ao litoral, a frente pecuária se aproximava do sertão.

Oriundos da Bahia e de Pernambuco, os vaqueiros sobem o rio São Francisco, atravessam os rios piauienses Gurguéia e Piauí e vão instalar-se na Região de Pastos Bons⁵, iniciando a ocupação e o povoamento rarefeito do sul do Maranhão no século XVIII. Avançando um pouco mais, o gado ocupará o cerrado do centro sul do estado, chegando até a região de floresta equatorial, na atual microrregião de Imperatriz. Segundo Trovão (2008), algumas particularidades definem a frente pastoril:

Aconteceu 118 anos após o início da frente do litoral; A importância do gado para a expansão econômica açucareira; Como transporte de cana-de-açúcar entre a área de produção e a área de comercialização; Como força motriz para movimentar os engenhos; Como alimento básico no fornecimento de carne e leite; o couro para utilização de fabricação de artefatos domésticos [...]; A lenta decadência da atividade açucareira; O enfraquecimento das relações econômicas da pecuária com a economia açucareira; A demanda do mercado que incentiva a expansão; A expulsão do pessoal ligado a indústria açucareira que se engajou nos rebanhos; O caráter ultra extensivo da pecuária e o nível de investimento baixíssimo na pecuária. (TROVÃO, 2008, p.19).

O grande vazio demográfico, no que diz respeito a presença de indígenas, o caráter intensivo da atividade, a busca por novas terras, devido ao desgaste do solo, possibilitou o avanço contínuo, embora lento dos vaqueiro e seus senhores, que logo em meados do século XVIII ocuparam o vale do rio Balsas, surgindo próximo a foz do mesmo rio a aldeia de São Félix de Balsas, atual sede do município de Balsas.

Durante boa parte do século XIX a frente pastoril avançava. Para o leste, por volta de 1840, surgiu Barra do Corda, junto com o afluente do Mearim. De Pastos Bons, saíram expedições em varias direções, espalhando-se fazendas de gado. Ainda desse avanço surgiram povoados como Riachão em 1808. Ao passo que as frentes se fixavam em um território, começaram os questionamentos sobre os limites onde se encontravam duas frentes pastoris. Entre algumas cidades que faziam parte de uma província e foi transferida para outra, temos São Pedro de

⁵ Essa ocupação deu origem na década de 1740, ao povoado de Pastos Bons que serviu de ponto de partida e apoio para o avanço da frente pecuarista, daí o fato de considerar-se que o povoamento do sul do Maranhão começou pelos sertões de Pastos Bons, cuja toponímia é resultado de pastos irrigados por números e perenes rios e córregos e clima ameno, que graças a exuberância da mata ciliar, mantinha protegida. (TROVÃO, 2008, p. 20).

Alcântara que foi fundada pelos goianos, passou em 1816 a fazer parte do território maranhense, hoje com o nome de Carolina.

Em 1855 para evitar outros desgastes em áreas de divisas, foi fundado à margem ocidental do Tocantins o povoado de Porto Franco em frente ao povoado goiano de Boa vista (hoje Tocantinópolis). Temos também o caso de Imperatriz, onde para que houvesse uma divisão entre o Maranhão e o Pará, foi criada uma vila próxima ao território do Pará que delimitaria o Maranhão. Esse território passou a ser chamado de povoado de Santa Terezinha de Imperatriz. Ao ser definido em 1852, a divisa entre o Pará, Maranhão e Tocantins, foi constatado que Imperatriz estava na jurisdição do Maranhão. Considerada naquela época um espaço pobre, por falta de transportes e clima não favorável, não se imaginaria o progresso que Imperatriz alcançaria por conta da Belém-Brasília (Trovão, 2008).

A partir de então a região muda e devido ao avanço os vaqueiros buscam novas áreas de campo, chegando assim as pastagens úmidas do vale do Grajaú, onde se originou o povoado Porto das Chapadas e por fim a denominação de Grajaú.

Após a ocupação do sertão os fazendeiros planejavam chegar a São Luis pelo rio do Grajaú. Através de caminhos e trilhas abertas pelos gados, a passagem pelo rio Grajaú e Mearim e ao enfrentarem a baía de São Marcos a frente da pecuária chega a São Luis, havendo desse modo o encontro de duas frentes de ocupação.

Enquanto a corrente propriamente maranhense, a que partiu do litoral acompanhou a expansão dos rios somente até alguns trechos dos vales inferiores e médios do rio Itapecuru e Pindaré, a frente pastoril também o fez, mas tendo o campo e o cerrado como área de concentração. Ficando, portanto um vazio demográfico entre esses dois processos de ocupação. Algumas cidades que resultaram desse processo de ocupação (Bacabal, Pedreiras, São Luis Gonzaga, no médio Mearim, Codó e Caxias e no médio Itapecuru, Pindaré Mirim e Monção no médio Pindaré) ficaram paralelas a costa, regredindo e estacionando com a queda do algodão no mercado internacional, levando o Maranhão a uma significativa redução das unidades de produção.

Trovão (2008) relata que na primeira década do século XX, teve início a entrada de nordestinos no Maranhão, em busca de terras disponíveis e fugindo das secas. Feitosa e Trovão (2006) e Trovão (2008), fazem referência a uma terceira

frente denominada de “Frente de expansão agrícola” por uns e/ou “Corrente de fugitivos da seca” por outros. Originária do sertão nordestino, acessando o território maranhense por três pontos: o porto de Tutóia, ou seja, por via marítima; por Teresina e Floriano, cidades dotadas de pontes sobre o rio Parnaíba. Trovão (2008) considera que os motivos⁶ que trouxeram os migrantes do leste para o oeste são de caráter repulsivo quando se trata do fenômeno periódico das secas ou de caráter atrativo quando são considerados fatores tais como: a disponibilidade de terras devolutas, maior e melhor distribuição das chuvas, solos de boa fertilidade e a disponibilidade dos recursos florestais.

O movimento inicial de ocupação se deu em áreas decadentes dos vales, onde os mesmos passaram a ganhar destaque. A descoberta de áreas novas e a exploração das florestas dos vales fez com que os migrantes se juntassem aos nativos do maranhão, criando novas rotas e frentes de ocupação de acordo com os interesses e lugar de origem dos migrantes. Dessa forma o grupo seguiu em direção a Caxias, alcançando em 1920 o oeste de Codó. Em 1940 Pedreiras, 1950 organizavam o espaço rural de Bacabal. Em 1957 ocupou Santa Inês, dentre outros, hoje municípios.

A frente dos migrantes da seca buscavam preferencialmente áreas rurais, onde surgiram diversos aglomerados. Aos poucos começavam a chegar migrantes da primeira ou segunda geração que tinham dificuldades de terras e enfrentavam ações de grileiros. Juntando-se então os nordestinos propriamente ditos e aos maranhenses que são frutos de uma migração intergeracional (TROVÃO, 2008), e que aos poucos se predominou seguindo os piauienses.

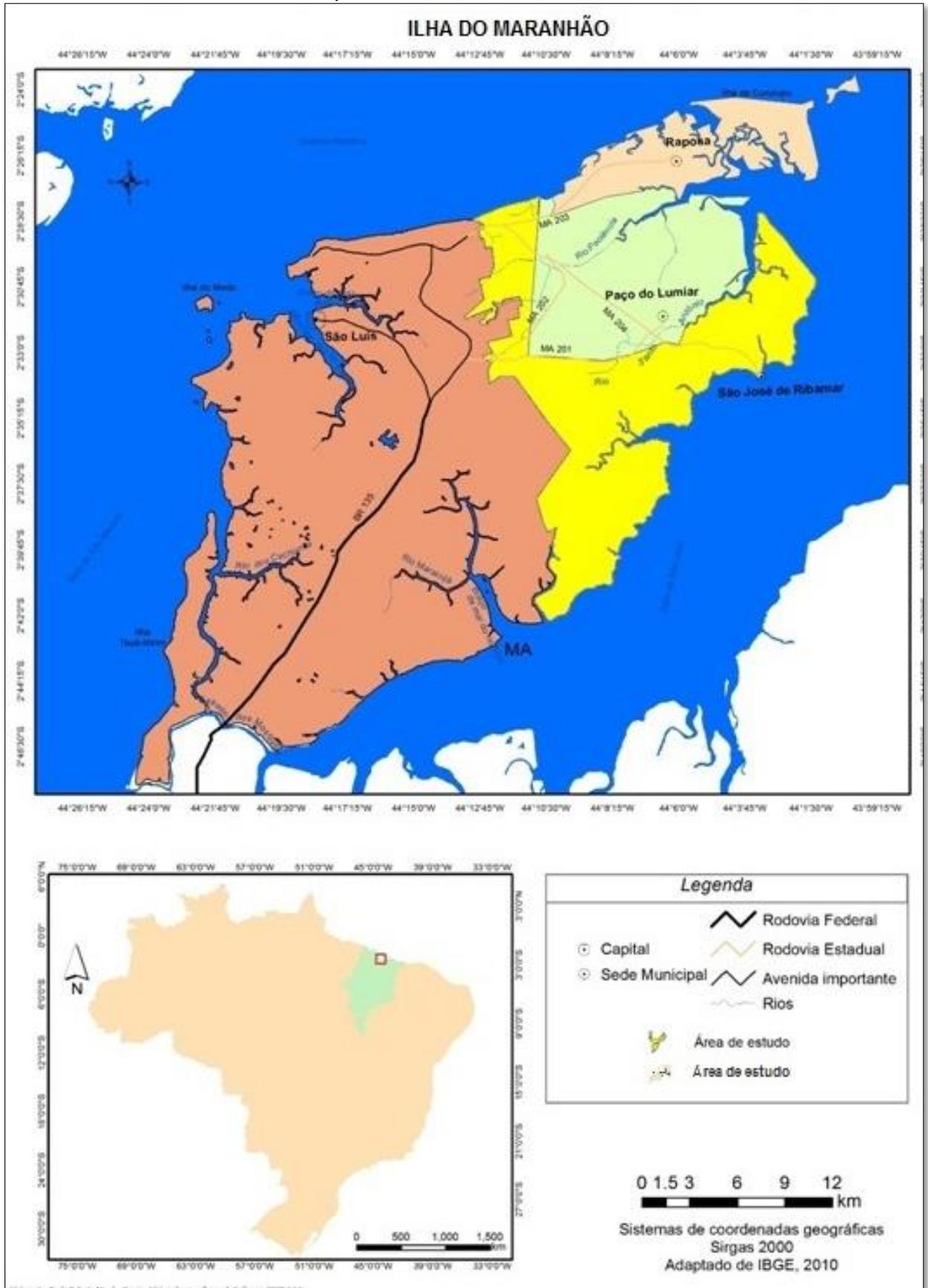
3.2 Processo de ocupação e caracterização do município de Raposa

A Ilha do Maranhão é composta por quatro municípios que configuram a Microrregião de Aglomeração Urbana de São Luis, são eles: São Luis, Paço do

⁶ Além dos fatores naturais, deve-se considerar também a expressiva força de atração exercida pelos incentivos governamentais da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que estimulou o povoamento dessa região. Expressivos são os incentivos proporcionados pelo Estado do Maranhão, que no governo de José Sarney (1966 – 1970) criou a COMARCO. Esta empresa, apoiada em instrumentos legais, como a Lei de Terras, e de uma política de incentivos fiscais, possibilitou a aquisição de vastas extensões de terras por preços simbólicos por parte de grandes grupos empresariais do país. (TROVÃO, 2008)

Lumiar, Raposa e São José de Ribamar (Mapa 1). Destacando como área de estudo os municípios de Raposa e São José de Ribamar, se faz necessário uma breve análise acerca desses dois municípios, no que se refere ao processo de ocupação, características gerais e particulares de cada um deles.

Mapa 1 - Ilha do Maranhão.



Fonte: IBGE, 2010. Adaptado por CASTRO, 2017.

O município de Raposa foi povoado no final dos anos 1940⁷ por dois imigrantes de cearenses, Antônio do Pocal⁸ e José Baiaco, que juntamente com outras famílias foram atraídos para a região devido a notícia de abundância de pescado no local (COSTA, 2012). De 1950 a 1958, essas famílias foram as únicas a residir na Raposa, mas foi só a partir do final do ano de 1958 que ocorreu a grande expansão populacional na Raposa, em decorrência de uma seca que mudou a vida e o destino de milhares de nordestinos: a Seca de 1958.

Esta seca que atingiu os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, levou cerca de duzentas mil pessoas, já sem alternativas, a migrarem para várias outras regiões brasileiras. Diegues Júnior (1960) apud Costa (2012) afirma que a cidade de Acaraú (CE) foi uma das quais onde houve maior deslocamento populacional, devido à escassez de chuvas com marcantes prejuízos para a lavoura e para a pecuária, além da falta de alimento para a população mais pobre. Da considerável corrente migratória, um número substancial aportou no Maranhão, muitos na praia da Raposa, atraídos, conforme Azevedo et al. (1980, p. 20) "pelos excelentes pesqueiros que havia na baía e pelo desejo de mudar de vida".

Ao se instalarem em Raposa os novos moradores enfrentaram algumas dificuldades, pois a comunidade ainda era dependente de outros municípios, porém o passar dos anos foi fundamental para que a região prosperasse. Assim relata Costa (2012):

A princípio, todos os "laços" da Praia de Raposa eram ligados diretamente ao município de São José de Ribamar. Em 1961, Paço do Lumiar, outrora distrito, onde se localiza Raposa, foi elevado a município, pela lei nº 1890, de 7 de fevereiro do referido ano. Com a independência político-administrativa desse município, a praia da Raposa segue com crescente índice de produção pesqueira, fator fundamental para condução ao rol dos principais pólos pesqueiros maranhense.(COSTA, 2012, p. 46).

⁷ Na ocupação de Raposa, sucedem-se, desde a década de 50, um passado de migrações cearenses causadas pelas pressões da pecuária sobre o litoral (RONDELLI, 1993) e pelas adversidades da seca, e continuadas migrações de maranhenses geradas por conflitos sociais em seus locais de origem, complementadas pelos atrativos da capital.(SANTOS; SILVEIRA; PEREIRA, 2011)

⁸ Nascido no dia 8 de abril do ano de 1929, na cidade de Acaraú, no Ceará, Antônio Ferreira dos Santos, conhecido historicamente como Antônio Pucal, chegou à área hoje conhecida como município de Raposa, em setembro de 1947, conforme relatos de seus familiares. Foi o primeiro morador da Ilha de Pucal e, por este motivo, teve o nome da praia adicionado ao seu primeiro nome, lhe eternizando como o personagem da fundação de Raposa pelo apelido Antônio Pucal. Pucal foi um dos pioneiros no povoamento da Raposa, no final dos anos 1940 e, ao lado de outros pescadores desbravadores, como José Martins, José Maria Castelo, Tirite e Francisco Carlos dos Santos (Chico Noca), deu início a colônia de pescadores cearenses que posteriormente povoaria toda a região. Blog O Acaraú! Disponível em: <http://www.oacarau.com/2017/11/vereador-de-raposa-no-maranhao-resgata.html#ixzz55KlaODmv>. Acesso 15 de Janeiro de 2018.

Até o século XVI, a região atualmente ocupada pelo município era tradicionalmente habitada pela etnia indígena dos potiguaras. A povoação tem como atividades principais de subsistência a pesca e a produção de rendas, ambas realizadas de forma artesanal. Devido ao seu inicial isolamento, a comunidade foi considerada uma ilha linguística cearense por pesquisadores que a visitaram no final da década de 1970. Essa situação foi se alterando com a construção de primeiro acesso rodoviário em 1964 e seu asfaltamento em 1977.

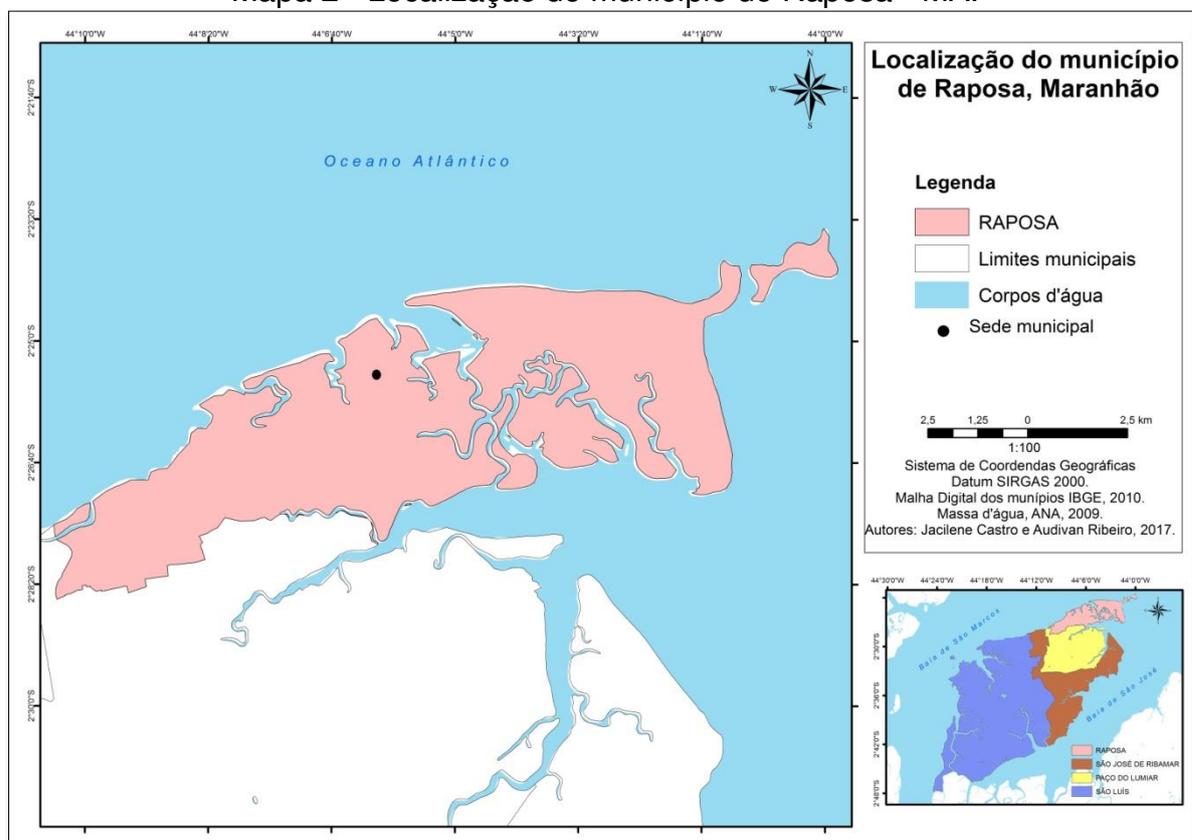
Em 1994, separando-se de Paço do Lumiar, o povoado de Raposa ganhou status de município e elegeu José Laci de Oliveira como seu primeiro prefeito no último pleito eleitoral, realizando assim, o sonho de seus moradores. Quanto a etimologia de Raposa, temos alguns relatos, de acordo com Costa (2012):

1) Conta o pescador Valdemar, mais conhecido por Grandão, que os pescadores faziam "salga" da pescaria na praia, improvisando abrigos em cajueiros onde pernoitavam. No entanto, a presença constante das raposas (atraídas pela quantidade considerável de pássaros na localidade) que avançavam e comiam o pescado começou a preocupá-los, pois os mesmos não podiam sair para pescar deixando os peixes na salga, que as raposas os roubavam. Um dia, apareceu uma raposa morta na beira da praia e, como os nativos acreditavam que onde morre uma raposa as outras não voltam mais, resolveram criar naquele local o Rancho da Raposa. 2) Outra versão, presente no relatório final de uma pesquisa geoeconômica do município de Paço do Lumiar (1969) é a de que a denominação Raposa seria resultado da alusão a um dos primeiros moradores do lugar: Maia Raposo. 3) Azevedo et al. (1980), após entrevistas com moradores antigos do local, concluiu que o nome decorre de uma raposa morta encontrada por dois homens que estavam indo para a praia de Carimã e combinaram de se encontrar depois no local próximo àquele em que tinham encontrado o animal morto. Daí em diante passaram a referir-se ao local como Raposa. (COSTA, 2012, p. 46).

De acordo com Costa (2012), essa última versão foi a mais contada. Há também a versão de Maranhão (2008), onde retrata que o nome Raposa surgiu a partir da percepção dos pescadores sobre a existência de grande quantidade de raposas na região. Quando os pescadores salgavam e deixavam seus peixes para secar ao sol, os animais aproveitavam a ausência dos mesmos e comiam todo o pescado (MARANHÃO, 2008 apud SANTOS et al, 2011). De Rancho da Raposa, o nome se alterou para Praia da Raposa, logo após para povoado Raposa, pertencente, conforme já foi dito, à jurisdição do município Paço do Lumiar. Finalmente, esse povoado foi elevado a município, com o nome de Raposa, pela lei nº 6132 de 10 de novembro de 1994.

Hoje, o município de Raposa (Mapa 2) possui em sua área territorial 66,280 km², com uma população de 26.327 habitantes, de acordo com o censo de 2010. Limita-se ao norte e a leste pelo oceano Atlântico, ao sul pela Baía de Curupu e ao oeste o município de Paço do Lumiar. Sendo delimitado pelas coordenadas 02°21' a 02°12'S e 44°00' a 44°12' W. Está há um pouco mais de 30 km da capital do estado e ainda possui um grande vínculo com a mesma, haja vista que grande parte das atividades econômicas, educacionais e profissionais é feita na capital.

Mapa 2 - Localização do município de Raposa - MA.



Fonte: CASTRO; RIBEIRO, 2017.

Em relação aos aspectos físicos do município de Raposa apresenta uma vegetação predominante de manguezais⁹ e todas as paisagens litorâneas e costeiras observadas no município datam do fim do Pleistoceno à atualidade, dentre

⁹Após o evento de ligeira estabilização eustática do Holoceno Superior, que é a época geológica decorrida de 2.500 A.P., houve uma série de micro-flutuações do nível do mar, seja ao nível de transgressão, seja ao de regressão, em que nenhum desses ultrapassou o limiar de um metro de amplitude relativa. Tais fatos podem seguramente embasar a análise de que foi nessa época que se instalou e se desenvolveu toda uma dinâmica ecossistêmica de planícies de manguezais no município de Raposa. (Dias et AL, 2006).

elas vale pontuar o surgimento de campos de dunas (DIAS, 2006). Fatores¹⁰ modificaram consideravelmente a paisagem do futuro sítio urbano de Raposa, que passou a ser dominado por faixas crescentes de restingas, que se transformaram em complexos dunares, que hoje, em pontos isolados, estão a sobrepor áreas até então dominadas por manguezais.

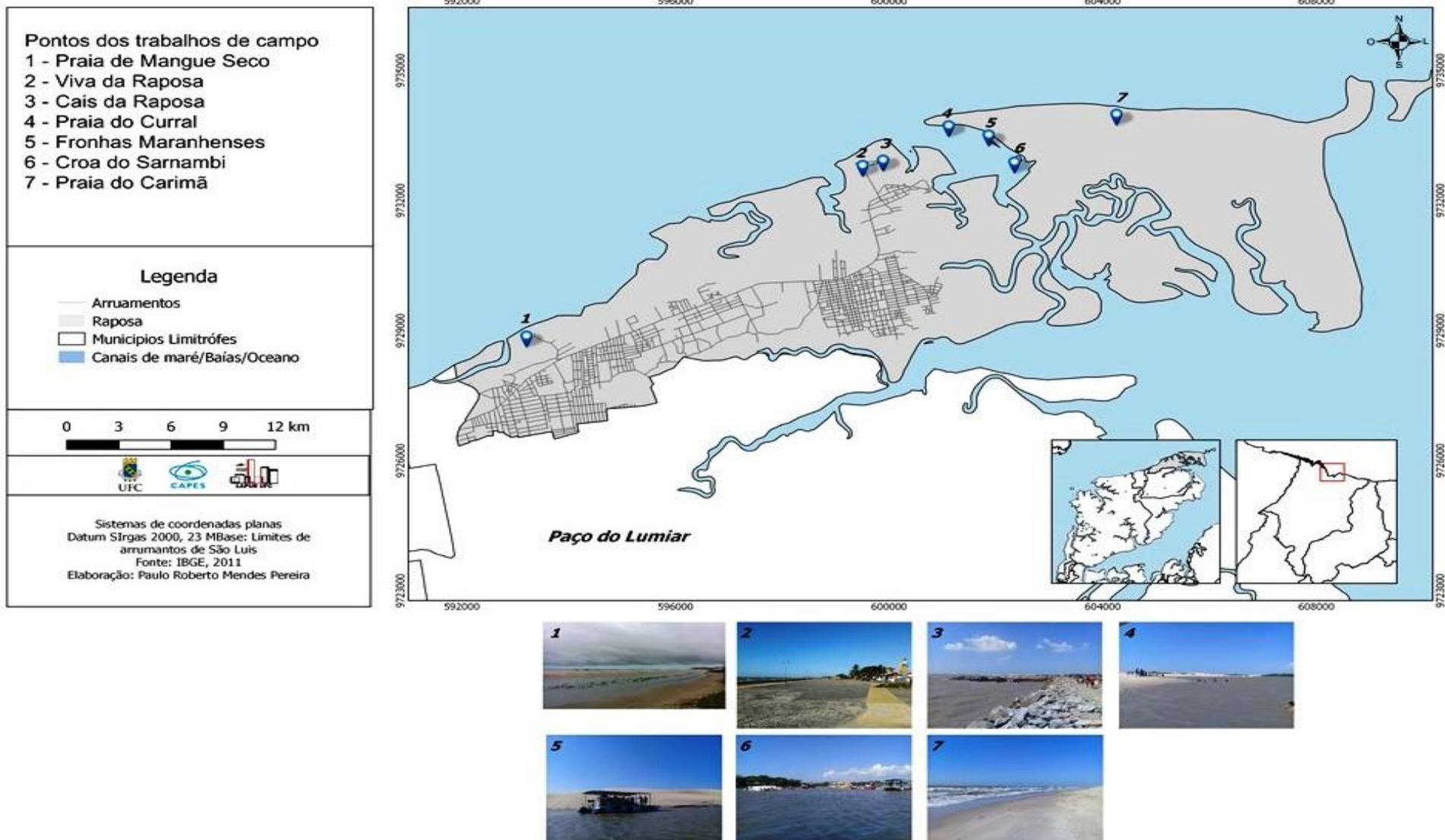
Em relação a geomorfologia da região, pode-se dizer que sua história é bastante recente, explica Dias (2006), onde os principais eventos morfogenéticos de sua paisagem costeira estão condicionados aos últimos 6.000 anos, em que o nível do mar esteve a 3,5 metros acima do atual, fator responsável pela morfogênese de uma ampla superfície de abrasão superposta à Formação Barreiras.

Quanto ao clima, apesar das diversas condicionantes meteorológicas, a zona costeira do Maranhão, onde está situado o município de Raposa, possui um clima relativamente estável com temperatura média anual de 26°C e precipitação anual média de cerca de 2.100 mm. Segundo Feitosa (1998), “os períodos chuvosos e secos ocorrem com suficiente regularidade, ainda que, nas duas últimas décadas, indiquem certa subordinação às estiagens mais rigorosas que têm atingido outros estados nordestinos”. Ainda segundo esse autor, o clima de Raposa pode ser classificado como AW’, isto é, clima quente com chuvas de verão retardadas para o outono.

Na faixa litorânea de Raposa (Mapa 5), se encontram, além de praias urbanas e semi-desertas, pequenas ilhas e bancos de areia.

¹⁰ A influência de referidas micro-flutuações eustáticas, em especial no que tange às regressões (acredita-se), principalmente a partir da fase histórica conhecida como *Pequena Idade do Gelo* (entre os séculos XI e XVIII) é que se começaram a depositar partículas sedimentares granulometricamente maiores que o silte (as areias finas) em maior intensidade. (Dias et AL, 2006).

Mapa 3 - Faixa Litorânea do município de Raposa/MA



Fonte: IBGE, 2013. Elaboração: PEREIRA e CASTRO

Destacando algumas praias, temos a Praia de Carimã (Figura 3), uma das mais visitadas praias da Raposa, destaca-se pelas suas pequenas dunas e lagoas. Sua localização geográfica ao norte do município marca o início da Ilha de Curupu. O acesso é feito apenas através de embarcações que fazem o transporte de moradores, turistas e visitantes. Não possui infraestrutura de apoio, porém, as agências de turismo oferecem passeios que incluem alimentos e bebidas.

Figura 3: Praia de Carimã - Raposa/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

A Praia de Mangue Seco (Figura 4) é caracterizada pelo baixo fluxo de pessoas e pela escassa infraestrutura. Frequentada por quem busca um lugar mais tranquilo para se divertir, alguns de seus frequentadores aproveitam a tranquilidade da praia para pescarem de rede ou anzol. Prática já exercida pelos moradores do vilarejo que dá acesso a mesma. Seu principal acesso é feito pela MA 203, seguido por uma trilha sobre os mangues, que leva torno dez minutos de caminhada.

Figura 4 - Praia de Mangue Seco - Raposa/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

Praia de Pucal (Figura 5), praia de difícil acesso, que vem sofrendo transformações devido ao avanço da maré. Assim como a praia de mangue seco apresenta pouca infraestrutura e é propícia para a pesca artesanal.

Figura 5 - Praia de Pucal - Raposa/MA



Fonte: PREFEITURA MUNICIPALDE RAPOSA, 2017.

Já a Praia do Garrancho (Figura 6), é uma das mais frequentadas e com maiores aportes estruturais que vão de bares, restaurantes à pousadas. Fica próxima ao Viva Raposa¹¹. Serve como ponto de apoio para as embarcações que fazem passeio turístico.

Figura 6 - Praia do Garrancho - Raposa/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

No município encontra-se também a Ilha de Curupu (Figura 7) é uma ilha privada localizada na Baía de São José. Cercada pela Praia de Carimã e também por canais e igarapés, que compõe uma extensa faixa de manguezais preservados, por onde são realizados diversos passeios náuticos. A ilha é caracterizada pelo seu contraste socioeconômico, na porção norte da ilha, fica localizado o povoado de Canto, uma tradicional comunidade de pescadores. Já na porção sul encontra-se mansões de famílias de alto poder aquisitivo, dentre elas a família Sarney.

¹¹ Praças implantadas em vários bairros durante o governo de Roseana Sarney, para servirem de espaço de lazer e apresentações culturais. (PORTAL IMIRANTE.COM,2005). Disponível em: <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2005/04/10/pracas-de-vivas-estao-sem-manutencao.shtml>. Acesso: 13 de dezembro de 2017.

Figura 7 - Ilha de Curupu - Raposa/MA



Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-ilha-da-discordia-na-terra-dos-sarney,1090011>.

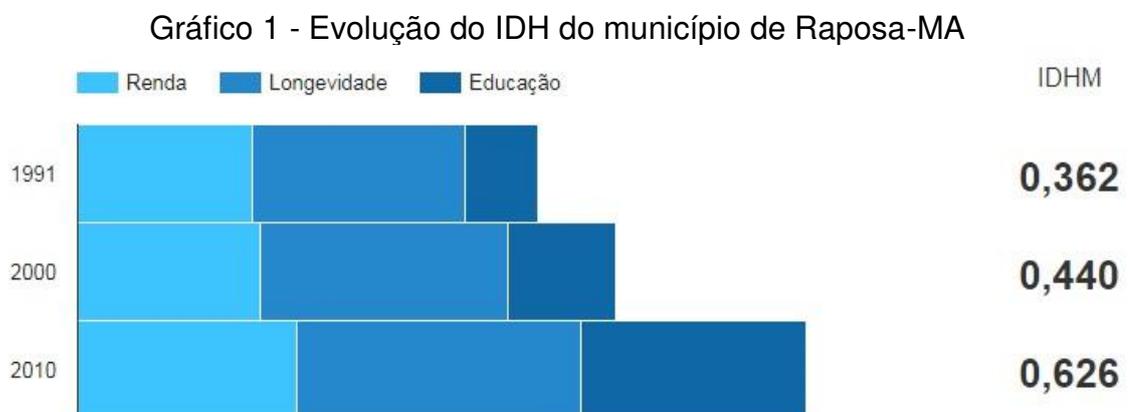
Já a Crôa do Sarnambi (Figura 8) é um pequeno banco de areia localizado entre o Porto do Braga e o Igarapé do Afoga Burro, onde são encontradas algumas espécies de mariscos, dentre elas o Sarnambi, muito utilizado na culinária local. Como experiência, alguns passeios cozinham e servem o marisco no próprio barco. Esse é um dos principais pontos em que os turistas aproveitam a pausa do passeio para tomar banho e degustar a iguaria que dá nome ao local.

Figura 8 - Crôa do Sarnambi - Raposa/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

Em relação aos aspectos socioeconômicos do município, Raposa apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,626, em 2010, o que situa esse município na faixa IDHM médio entre 0,600 e 0,699 (ATLAS DO BRASIL, 2013). Podemos acompanhar a evolução a partir do gráfico 1:



Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/raposa_ma

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,735, seguida de Educação, com índice de 0,587, e de Renda, com índice de 0,568. Raposa ocupa a 3561ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). (ATLAS DO BRASIL, 2013).

Em relação a população, entre 2000 e 2010, a população de Raposa cresceu a uma taxa média anual de 4,42%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 66,54% para 63,34%. Em 2010 viviam, no município, 26.327 pessoas (tabela 1)

Tabela 1 - População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização Raposa– MA

| População | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
|--------------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| População total | 7.912 | 100,00 | 17.088 | 100,00 | 26.327 | 100,00 |
| População residente masculina | 4.083 | 51,61 | 8.772 | 51,33 | 13.121 | 49,84 |
| População residente feminina | 3.829 | 48,39 | 8.316 | 48,67 | 13.206 | 50,16 |
| População urbana | | 0,00 | 11.370 | 66,54 | 16.675 | 63,34 |
| População rural | 7.912 | 100,00 | 5.718 | 33,46 | 9.652 | 36,66 |

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/raposa_ma

É perceptível o aumento populacional do município ao longo dos anos de 1991 a 2010, destacando a porcentagem da população feminina que ultrapassou a masculina em 2010. Assim como o número de pessoas que residem na zona urbana passou a ser maior dos que residem na zona rural, a partir dos anos 2000.

As atividades econômicas no município que geram renda são basicamente o setor primário, onde a população sustenta-se da pesca, sendo Raposa, considerada a maior colônia de pescadores do Maranhão, além do artesanato, caracterizado pelas confecções de rendas para diversos fins e com uma relativa expressividade. Também se enquadra nessas atividades o setor de

comercio e serviços, sendo o turismo um grande impulsionador dessas atividades terciárias.

3.3 Processo de ocupação e caracterização do município de São José de Ribamar

O município formou-se nas terras de uma antiga aldeia dos índios Gamelas, doadas aos missionários da Companhia de Jesus, doadas por datas e sesmarias pelo governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho, em 16 de dezembro de 1627. As terras de São José de Ribamar foram as primeiras que no Maranhão possuíram vice-província da Companhia de Jesus (PERFIL MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, 2012, p. 7).

Através do Decreto-Lei Estadual nº 820, de 30 de dezembro de 1943, foi criado o Município de Ribamar, após várias extinções e restituições, a Lei Estadual nº 758, de 24 de setembro de 1952, assinada pelo Governador Eugênio Barros, deu o nome de Ribamar. Após 17 anos, o Governador José Sarney, definitivamente, restaurou a denominação pela Lei-Estadual nº 2.980, de 16 de setembro de 1969, para São José de Ribamar, em homenagem ao santo milagroso padroeiro da cidade e padroeiro do Maranhão (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, 2014).

Diz-se ainda, segundo Miranda (2009 p.5) que a origem do nome Ribamar surgiu através do linguajar dos índios Gamelas, que viviam sempre procurando o ponto mais elevado para colocar as imagens trazidas pelos europeus, depois diziam “in riba, in riba”. Com o tempo descobriu-se que a expressão significava “acima”. Dessa forma o nome Ribamar significa “acima do mar”.

Desde sua origem, São Jose de Ribamar é cercado por lendas que particularizam a região, onde se acredita que a cidade surgiu através de um milagre. Conta a lenda que um navio vindo de Lisboa para São Luís, ameaçado de naufrágio por uma grande tempestade, capitão invocou a proteção de São José prometendo erguer uma capela no lugar que eles conseguissem aportar. Após a calmaria, se fez cumprir a promessa, o capitão trouxe de Lisboa uma imagem de São José e colocou na modesta igreja do povoado, erguida de frente para o mar. Este povoado se tornaria São José de Ribamar. A lenda ainda conta que por diversas vezes a imagem de São José, foi roubada por moradores de uma antiga aldeia chamada Anindiba dos Indígenas, atualmente município de Paço do Lumiar – MA, porém

misteriosamente, ela voltou à igrejinha de origem. Tempos depois da construção de uma nova Igreja, resolveram fazê-la de frente para a entrada da cidade - mas as paredes da Igreja várias vezes ruíram, até que os fiéis compreenderam que a igreja de São José de Ribamar deveria permanecer de frente para o mar, como se encontra até hoje. (Figura 9).

Figura 9 - Igreja Matriz de São José de Ribamar.

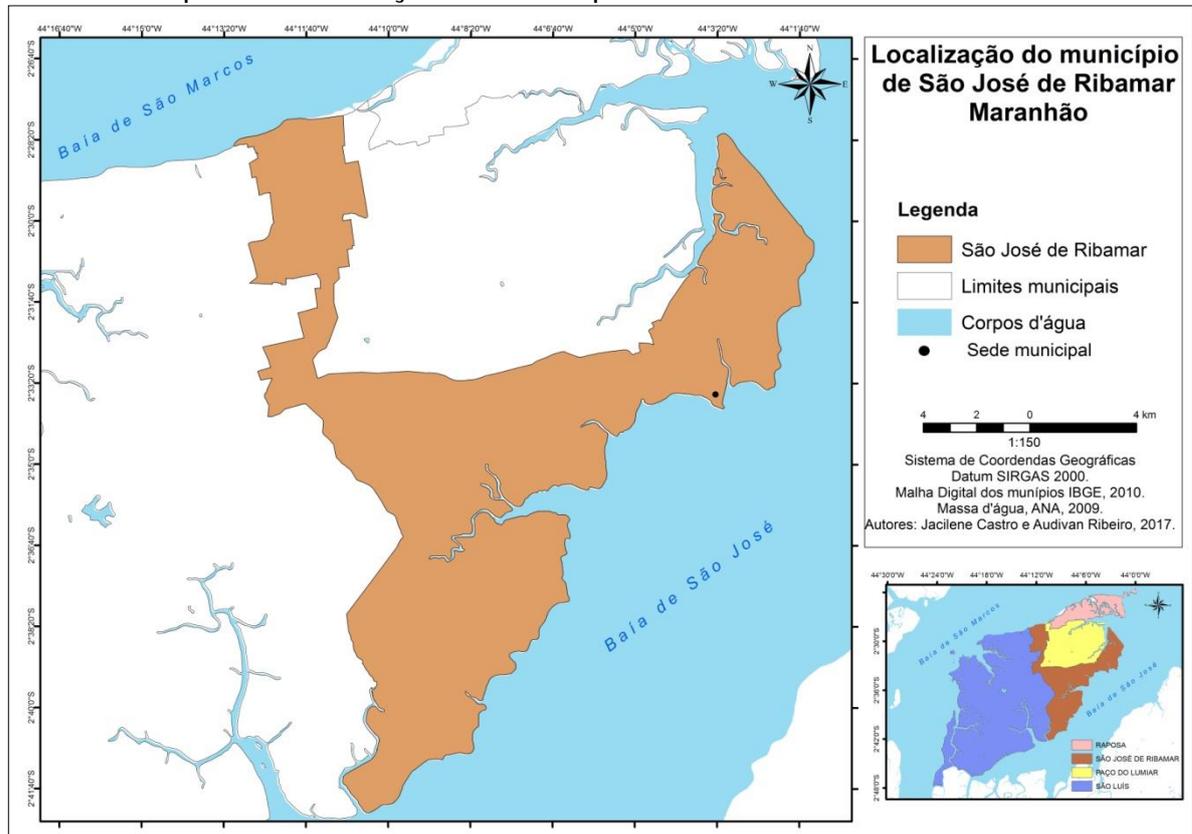


Fonte: CASTRO, 2014

O município de São José de Ribamar, está situado na porção oriental da Ilha do Maranhão, fazendo parte da Mesorregião Norte Maranhense e juntamente com os municípios de São Luís, Raposa e Paço do Lumiar, pertence a Microrregião denominado de Aglomeração Urbana de São Luís, sua sede a 30 km de São Luís, capital do Maranhão e está ligada pelas rodovias estaduais MA 201, 202 e 203, que ligam respectivamente os municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Raposa (FONSECA, 2013) localiza-se geograficamente a 2° 33' 43" de latitude sul e 44° 03' 15" de longitude oeste. Detém uma extensão territorial de 388,371 km², onde segundo o IBGE (2010) é o centésimo vigésimo primeiro município em extensão territorial do Estado do Maranhão, ocupando assim uma área total de 0,13% do Estado. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e com o município de Paço do

Lumiar, ao leste e ao sul com a baía de São José e a oeste com o município de São Luís (Mapa 4).

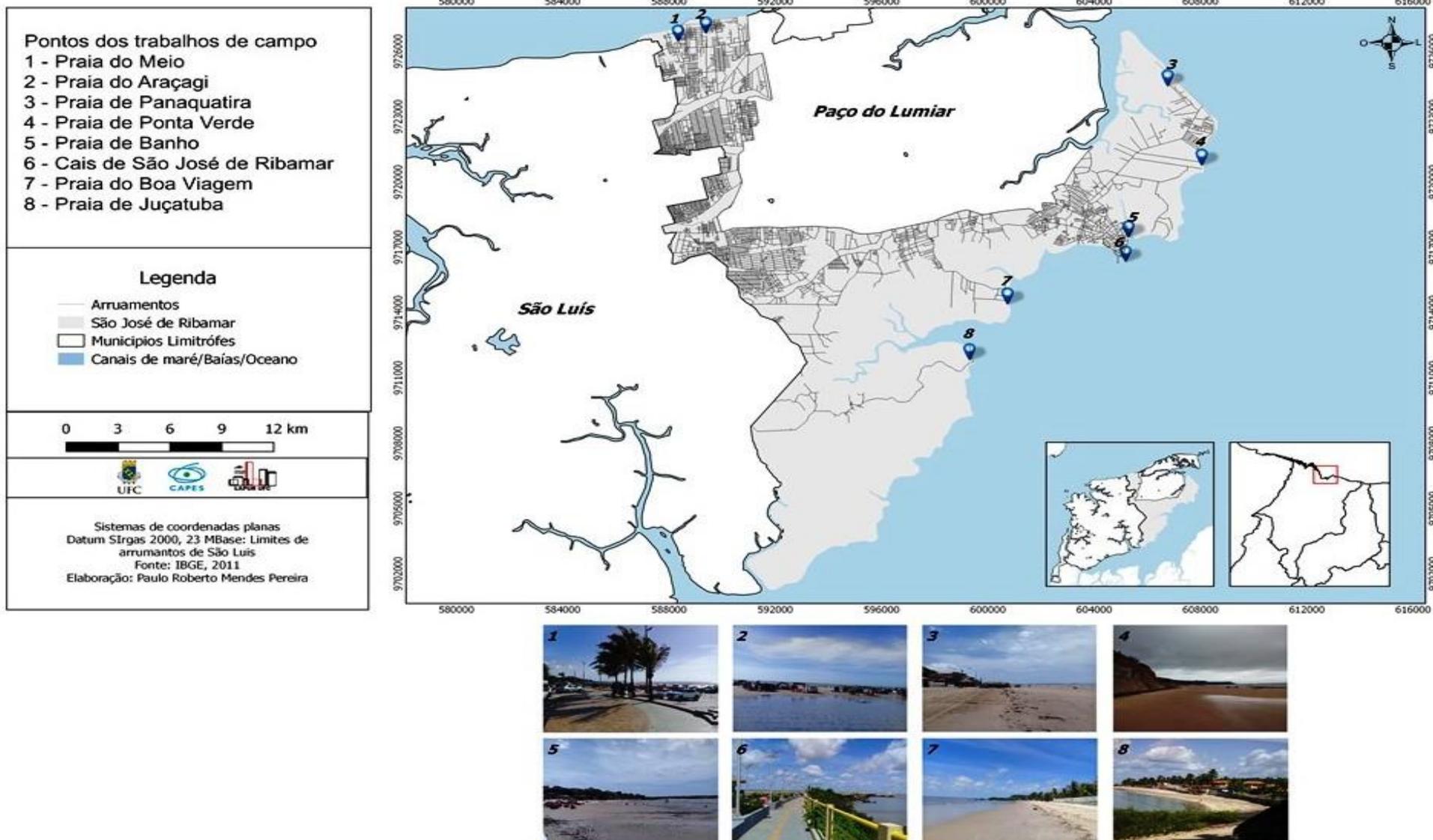
Mapa 4 - Localização do município de São José de Ribamar - MA.



Fonte: CASTRO e RIBEIRO, 2017.

Quanto à geomorfologia o município está situado no centro da planície fluvio marinha do Golfão Maranhense com rochas e sedimentos das formações: Itapecuru e Barreiras, cobertas por uma camada ferruginosa visível (SANTOS, 2010). São Jose de Ribamar apresenta características marcantes de relevo, áreas baixas de planície fluvio marinha e área colinosa com cerca de 20 metros de altitude. Os principais acidentes geográficos são: a Baía de São José, a leste do Município, e as pontas Panaquatira, Vermelha, de São José e Caúra. Em relação ao litoral do município, São José de Ribamar (Mapa 5) ele dispõe de praias urbanas e praias semidesertas.

Mapa 5 - Faixa Litorânea do município de São José de Ribamar/MA



Fonte: IBGE, 2013. Elaboração: PEREIRA e CASTRO

Dentre as praias urbanas, podemos destacar: a Praia de Banho (Figura 10), localizada na região central de São José de Ribamar, dispõe de infraestrutura como bares e restaurantes, além de usufruir de todos os recursos que o centro de Ribamar dispõe.

Figura 10 - Vista parcial da Praia de Banho – São José de Ribamar/MA.



Fonte: Próprio autor, 2018.

A Praia de Panaquatira (Figura 11), considerada uma das melhores do município, em relação balneabilidade, com características singulares devido suas casas de veraneio e por sua extensa faixa de areia que possibilitam caminhadas e passeios. Já as praias do Meio e Araçagy (Figuras 12 e 13) apresentam características semelhantes, pois são praias mais movimentadas e dispõem de infraestruturas modernas, que vão desde a modernização de sua orla a instalações de bares, restaurantes e lojas.

Figura 11 - Praia de Panaquatira – São José de Ribamar/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 12 - Praia do Meio – São José de Ribamar/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 13 - Praia do Meio – São José de Ribamar/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

Algumas praias de São José de Ribamar são ideais para a realização de camping, por serem áreas menos povoadas e conseqüentemente possuir um fluxo menor de pessoas, dentre elas a praia de Juçatuba (Figura 14). Outras, como Boa Viagem (Figura 15) são consideradas semi-desertas, por serem praias isoladas, devido o seu difícil acesso. Já praias do Caúra (Figura 16) e Ponta Verde (Figura 17) são praias formadas por falésias, são propícias para esportes náuticos e com casas de veraneio, disponibilizadas para aluguel.

Figura 14 - Praia de Juçatuba– São José de Ribamar/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 15 - Praia de Boa Viagem – São José de Ribamar/MA



Fonte: Próprio autor, 2018.
Figura 16 - Praia do Caúra– São José de Ribamar/MA



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, 2017.

Figura 17 - Praia Ponta Verde– São José de Ribamar/MA



Fonte: CASTRO, 2018.

Ainda segundo Souza, Campos e Feitosa (2007), os pescadores que moram na região, transportam passageiros nos períodos em que não estão pescando, geralmente são turistas, visitantes e moradores da praia que vem a sede do município para trabalhar, estudar ou em busca de serviços bancários e de bens alimentícios, visto que esta é a forma mais simples de se conseguir estes tipos de serviços.

O município de São José de Ribamar possui clima megatérmico com temperaturas que variam de 21º C a 34º C o ano todo, com pequenas variações sazonais de 1º C apenas. Apesar das altas temperaturas, o clima é agradável influenciado pelos ventos que vem do mar a temperatura média anual por volta de 28º e índices pluviométricos em torno de 1.900 milímetros anuais (FONSECA, 2013).

A vegetação do município é marcada pela presença de apicuns e florestas secundárias mistas com a presença da embaúba (*Cecropia concolor Willd*), bacuri (*Platonia insignis Mart*), do tucum (*Astrocaryum tucuma Wallace*) e do babaçu (*Orbignya martiana Mart*); e a vegetação de capoeira caracterizada por arbustos, árvores e palmeiras de crescimento rápido e das espécies do tipo *Rizophora mangle Leechman* (mangue vermelho) e *Laguncularia racenosa Gaertm* (Mangue Branco) no ecossistema manguezal (MARANHAO, 2002). Em São José de Ribamar a vegetação predominante é a de cobertura vegetal com abundância de manguezais, vegetação perenifólia além de palmeiras, babaçuais, coco de praia, ariri, juçara e o buriti.

Analisando socioeconomicamente, o município possui uma população de aproximadamente de 163.045 habitantes, com 78.683 habitantes do sexo masculino e 84.362 habitantes do sexo feminino, sendo assim o terceiro maior em número de habitantes do Estado, segundo censo do IBGE em 2010, distribuídos em 125.336 habitantes na zona rural e 37.709 na zona urbana, observamos assim uma porcentagem de moradores bastante acentuada residindo na zona rural, cerca de 76,87%, enquanto somente 23,13% residem na zona urbana, característica que Fonseca (2013) considera como:

Um fenômeno um pouco diferente do que acontece com boa parte dos municípios brasileiros, principalmente os que ficam situados nas regiões metropolitanas das capitais dos Estado onde a população urbana, em geral, é maior que a residente na zona rural; se comparado com outros municípios da Ilha, é o que apresenta maior índice de população rural (São Luís 5,6%, Paço do Lumiar 25% e Raposa 37,70%). (FONSECA, 2013, p. 65).

Uma característica que leva o município a possuir um índice elevado da população rural é o fato de que a agricultura familiar e de baixo padrão tecnológico, praticada no município ainda é predominante. Podemos assim, fazer um comparativo das últimas duas décadas (1991 a 2010), onde percebemos que apesar de crescer, a população urbana não ultrapassou a rural (Tabela 2).

Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana e Taxa de Urbanização - São José de Ribamar – MA.

| População | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
|-------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| População total | 75.174 | 100,00 | 119.263 | 100,00 | 163.045 | 100,00 |
| População residente masculina | 37.089 | 49,34 | 58.060 | 48,68 | 78.683 | 48,26 |
| População residente feminina | 38.085 | 50,66 | 61.203 | 51,32 | 84.362 | 51,74 |
| População urbana | 26.044 | 34,64 | 40.280 | 33,77 | 37.709 | 23,13 |
| População rural | 49.130 | 65,36 | 78.983 | 66,23 | 125.336 | 76,87 |
| Taxa de Urbanização | - | 34,64 | - | 33,77 | - | 23,13 |

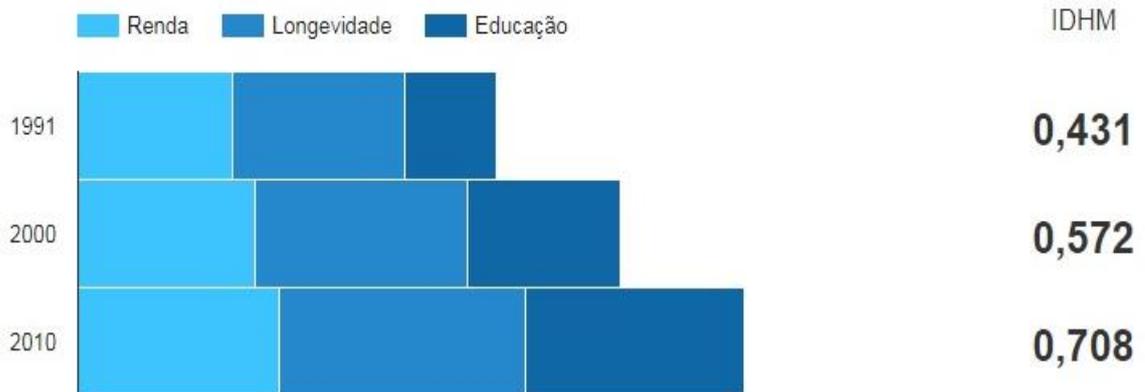
Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-de-ribamar_ma

Ao analisarmos a tabela, percebemos que nos últimos vinte anos a população total de São José de Ribamar teve um crescimento de mais de cem por cento, assim como a população residente do sexo feminino sempre esteve à frente do número total do sexo masculino. Assim como a população rural em 1991 e em 2000 sempre superou a população urbana, números esses que mais que triplicaram em 2010, diminuindo a cada ano a taxa de urbanização do município. Características essas que são confirmadas a partir dos aspectos econômicos do município, como já supracitado, e também pelo fato de que a principal atividade econômica do município é a pesca, que ainda é feita de modo artesanal.

Se compararmos o IDHM (Gráfico 2) de São José de Ribamar com o de Raposa, percebemos São José de Ribamar, apresenta maiores índices, observando

que 0,708, enquadra o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). E assim como Raposa, a dimensão que mais contribui para o IDHM de Ribamar é Longevidade, com índice de 0,790, seguida de Educação, com índice de 0,700, e de Renda, com índice de 0,642.

Gráfico 2 - Evolução do IDH do município de São José de Ribamar-MA



Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-de-ribamar_ma.

No que diz respeito a infraestrutura do município, o referido possui grande parte de suas ruas e avenidas pavimentadas em sua maioria situada na zona urbana, uma delas a Avenida Gonçalves Dias (Figura 18), a principal da cidade, onde encontram-se um grande número de lojas comerciais, hospitais, escolas e agências bancárias, além de dar acesso a capital do Estado. Encontramos também ruas sem pavimentação, número que aumenta na medida em que nos aproximamos da zona rural, onde grande parte de suas ruas não recebem nenhum tipo de pavimentação.

Figura 18 - Avenida Gonçalves Dias.



Fonte: CASTRO, 2014.

Quanto ao transporte público, o município conta com uma frota de 220 dentre ônibus e micro-ônibus (IBGE, 2010), além de um número bastante expressivo de transporte alternativo (vans), que hoje possuem seus serviços regularizados pela Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA. Todos esses meios de transportes trabalham em linhas intermunicipais da região metropolitana de São Luís, o que facilita o deslocamento dos moradores do município, haja vista que uma boa parte deles trabalha e/ou estuda na capital do Estado.

Em se tratando de saneamento básico o município de São José de Ribamar é bastante precário, principalmente quando falamos da zona rural, quase a totalidade dos municípios maranhenses não existe sistema de esgotamento sanitário. Podemos observar tais levantamentos ao analisarmos o (Tabela 3):

Tabela 3 - Saneamento básico - São José de Ribamar – MA

| Condição de Moradia | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|-------|-------|-------|
| % da população em domicílios com coleta de lixo *Somente para população urbana | 37,61 | 60,28 | 79,20 |
| % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado | 23,89 | 30,87 | 12,04 |

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-de-ribamar_ma

Podemos através da tabela, fazer uma comparação entre os anos de 1991 a 2010, da condição de moradia no município, onde percebemos que apesar da porcentagem dos bairros que recebem a coleta de lixo ir aumentando no decorrer dos anos, ainda não atende a totalidade dos bairros, principalmente os que ficam na zona rural, onde a coleta ainda é insuficiente, tendo em vista que a maioria da população ribamarense encontra-se nessa área. É importante destacar que esses números compõem somente a zona urbana do município. Além da coleta domiciliar de lixo não atingir a quase totalidade do território municipal, também não existe aterro sanitário para destinação final do lixo. Como explica Fonseca, (2013):

A exemplo de alguns municípios maranhenses, São Jose de Ribamar/Ma não dispõe de aterro sanitário e o lixo é coletado por uma empresa privada é depositado no aterro sanitário de São Luis, capital do Estado, que diga-se de passagem, já está com sua capacidade excedida ou é lançado em terrenos baldios, principalmente os localizados ao longo das rodovias, estradas e caminhos do município (FONSECA, 2013, p. 72).

No que se refere ao abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, percebemos que com o passar dos anos o número de pessoas que recebem esse tipo de serviço possui uma taxa relativamente baixa, porém não é o que percebemos ao visitar o local, onde Fonseca (2013) também relata:

(...) a cidade não dispõe de um sistema de coleta de esgoto sanitário, o que pode comprometer o abastecimento de água potável, tendo em vista a contaminação do lençol freático por fossas sépticas. Embora boa parte do limite municipal se faça com a capital do Estado, esse fator ainda não é suficiente para mudar o quadro em que se encontram as redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, pois na zona urbana da cidade, não dispõe da rede de coleta de esgoto sanitário. (FONSECA, 2013, p. 71).

O abastecimento de água é feito, em alguns bairros, pela BRK Ambiental e em outros, através de Sistemas Simplificados, administrados pela Prefeitura.

Quanto a educação a taxa de alfabetização do município é de 83,83%, se comparado aos municípios da Ilha, somente é maior que o município de Raposa com (74,47%) Fonseca (2013), perdendo para os municípios de Paço do Lumiar (84,42%) e São Luis (86,40%). Quanto aos estabelecimentos educacionais, podemos elencar os tipos de sistemas educacionais (Tabela 4) e o número de matrículas (Tabela 5).

Tabela 4 - Sistema educacional de São Jose de Ribamar – MA.

| | |
|---------------------------|-----------|
| Escolas municipais | 92 |
| Escolas Estaduais | 16 |
| Escolas Privadas | 34 |
| Total de escolas | 142 |

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo Educacional, 2011. Apud FONSECA, 2013.

Tabela 5 - Número de Matrículas.

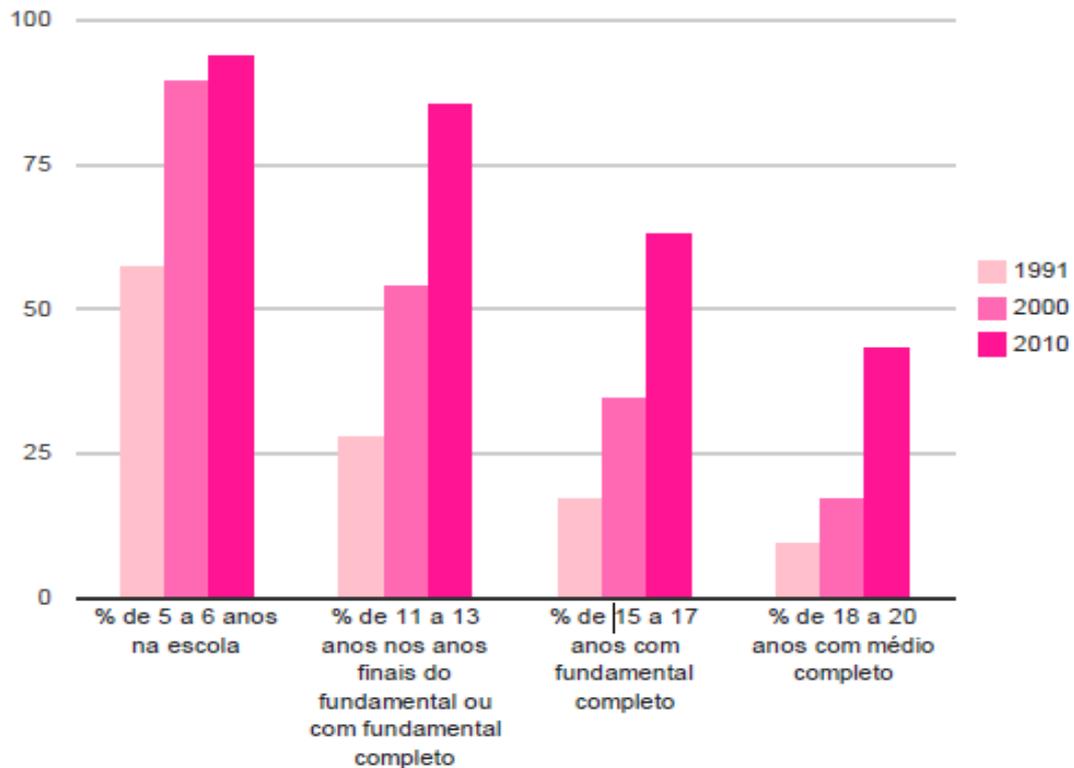
| | |
|---|------------|
| Alunos matriculados em creches | 684 |
| Matrículas na pré-escola | 4.833 |
| Matrículas nos anos iniciais | 13.725 |
| Matrículas nos anos finais | 8.186 |
| Matrículas no ensino médio | 3.507 |
| Educação de Jovens e Adultos – EJA | 2.185 |
| Educação Especial | 332 |

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo Educacional, 2011. Apud FONSECA, 2013.

De acordo com Fonseca (2013), das 92 escolas municipais, 14 estão situadas na zona urbana e as demais encontram-se em povoados e vilas no território ribamarense. A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado

determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Fluxo escolar por faixa etária - São Jose de Ribamar – MA.



Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-de-ribamar_ma

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 4,96% e no de período 1991 e 2000, 55,71%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 58,60% entre 2000 e 2010 e 91,39% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 83,27% no período de 2000 a 2010 e 100,64% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 152,08% entre 2000 e 2010 e 75,61% entre 1991 e 2000 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013). Assim percebemos que o setor educacional do município apresenta uma significativa evolução no decorrer dos anos.

Em se tratando de economia, no município de São José de Ribamar as principais atividades econômicas que se destacam estão centradas no setor primário: a pesca artesanal, grande potencial econômico local, agricultura de subsistência. O município também desenvolve atividades nos setores secundário e

terciário, atividades importantes como o comércio, essencialmente varejista de gêneros alimentícios e de medicamentos, porém tendo como fator inibidor de expansão a proximidade com a capital, em virtude de muitos produtos serem adquiridos em São Luís, principalmente no que se refere à aquisição de bens duráveis e vestuários, o artesanato também é um potencial econômico e representativo do município, além do turismo que constitui expressiva fonte de renda para a economia municipal, em virtude de São José de Ribamar ser uma cidade litorânea e ter uma forte tradição religiosa e cultural.

4 O LITORAL MARANHENSE E SUAS PRÁTICAS MARÍTIMAS TRADICIONAIS: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE RAPOSA E SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O Maranhão possui aproximadamente 640 km de costa na sua porção setentrional, estendendo-se do Estuário do Gurupi até o Delta do Parnaíba (Rios, 2001). O litoral maranhense é caracterizado por apresentar várias feições geomorfológicas, cujos principais são: as reentrâncias, golfão, lençóis, ilhas, falésias, estuários, longas planícies costeiras e extensa plataforma continental (Palma, 1979). Estas características posicionam o estado do Maranhão entre os principais produtores de pescado do nordeste, responsável por cerca de 30% da produção regional, sendo a produção pesqueira praticamente gerada pelo setor artesanal (STRIDE, 1992).

A pesca artesanal é definida como aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias participa diretamente da captura de pescado, utilizando instrumentos simples, baseando-se em conhecimentos adquiridos de pai para filho ou dos mais velhos da comunidade (PIORSKI; SERPA; NUNES, 2009). Através da pesca, os pescadores adquirem um extenso conhecimento sobre o meio ambiente, as condições da maré, os tipos de ambientes propícios à vida de certas espécies de peixes, o manejo dos instrumentos de pesca, identificação dos pesqueiros (melhores pontos de pesca), o hábito dos diferentes peixes, o comportamento e classificação dos peixes.

A pesca artesanal marinha é atividade que pouco evoluiu do ponto de vista tecnológico da pesca e do pescado. Difere basicamente da atividade industrial em termos de qualidade e quantidade da mão de obra empregada, composição da captura, produtividade, métodos e equipamentos de pesca.

No litoral maranhense a pesca artesanal se configurou desde os primórdios como meio de subsistência das famílias que ocupavam a área. São pelo menos 300 comunidades pesqueiras e 150 mil pescadores artesanais em todo o litoral do Maranhão. A pesca artesanal é um dos mais antigos ramos da economia maranhense e fonte de sobrevivência para milhares de famílias, dentre as comunidades que mais se destacam no ramo da pesca temos o município de Raposa, que é a maior e mais desenvolvida, dedicando-se quase que exclusivamente a pesca.

4.1 Práticas marítimas tradicionais no litoral de Raposa

Juntamente à atividade de pesca e coleta de mariscos, desenvolveu-se entre as mulheres, a produção de renda de bilros (Figura 19). Eram esposas e filhas dos pescadores que se organizavam para confeccionar peças de renda que posteriormente seriam vendidas para contribuir na renda familiar. Segundo Rios (2015), “no passado, a rendeira trabalhava sem remuneração, para a própria família, no preparo de enxoval de casamento, batismo, ou na confecção de renda de metro para o altar da igreja”. Com as rendeiras trabalhando em um mesmo espaço e ao mesmo tempo, essa prática começou a atrair olhares das pessoas e assim ganhando maior visibilidade à atividade da rendeira, o que incentivou a organização do grupo, que culminaria em um centro de artesanato e posteriormente na Associação das Rendeiras da Raposa.

Figura 19 - Antigas rendeiras em Raposa - MA¹²



Fonte: <http://mmtreinamento.wixsite.com/pesquisa-artesanato>

Apesar de o artesanato rendeiro contribuir para a economia e subsistência do município desde seus primórdios, a pesca artesanal, foi quem por muito tempo, garantiu a sobrevivência das famílias da comunidade. Essa atividade era realizada em jangadas de piúba (Figura 20), madeira leve, e muitas eram fabricadas pelo próprio pescador. As jangadas depõem de compartimento abaixo da proa, onde se guardava o pescado. Sem nenhuma segurança ou conforto, os pescadores ficavam até seis ou sete dias em alto mar, e só retornavam quando consideravam a quantidade, “boa”, do pescado.

Figura 20 -: Litoral de Raposa, década de 1950.



Fonte: acervo da Associação das Rendeiras da Raposa.

¹² Ao centro da imagem, visualizamos a Mestre Marivelha de origem cearense, foi uma das responsáveis pela introdução da prática da Renda de Bilro na Raposa/MA. Fonte: <<http://mmtreinamento.wixsite.com/pesquisa-artesanato>>.

Hoje é difícil precisarmos a jornada semanal do trabalho dos pescadores, pois as horas destinadas ao exercício da profissão são reguladas estritamente em função das marés, conforme aponta Reis (1998, p.85). O certo é que os pescadores realizam suas atividades durante o ano todo, pois sua renda emerge basicamente da pesca.

Após enfrentarem horas ou dias em alto mar, os pescadores desembarcam no porto do Braga, com o produto da pesca dentro dos tradicionais jacás (cofos de palhas), para serem pesados. Nesse momento, atacadistas, atravessadores (negociador entre o pescador e o comerciante) e varejistas já se encontram no porto à espera do descarregamento do pescado para iniciar as negociações.

Essas negociações acarretam um acréscimo final no preço do peixe, que segundo Costa (2012, p.49), das mãos do pescador, passando pelo atravessador, até o consumidor final, chega a ser mais de 150%, culminando no alto custo do peixe enquanto produto voltado ao consumidor.

Existem também casos dos chamados vezeiros, pessoas que abasteceram ou forneceram previamente algum material para as embarcações (óleo, motor, velas para os pescadores), essa condição garante aos “patrocinadores” facilidades em relação à compra do peixe ou participação no produto apurado.

Outra forma da distribuição da produção pesqueira é a tradicional pinhada, costume de se distribuir, gratuitamente, uma parte da pescaria - aproveitando-se da ausência de controle de produção e distribuição - para amigos, conhecidos e pescadores que não participaram da jornada do dia. Esses - chamados de pinhadeiros - usam esse peixe como alimentação de subsistência ou como a venda informal do peixe ganho.

Com o título de maior colônia de pescadores do Maranhão, o município de Raposa ganha destaque devido a contínua atividade pesqueira¹³ realizada em seu litoral. Atividade essa que durante muitos anos foi a única fonte de economia e subsistência do povoado e que hoje ganha números de destaques no cenário econômico do município (Figura 21).

¹³ As atividades pesqueiras envolvem a captura, produção e venda do pescado, comércio de produtos e equipamentos de pesca, além de outras atividades como fábricas de gelo, carregadores e estivadores. (FONSECA, 2013. P. 81)

Figura 21 - Notícia acerca da atividade pesqueira na Raposa

Portos

VENTO
 12 km/h
 Leste/Sudeste

TEMPERATURA
 22°C
 Máxima
 34°C

UMIDADE
 61%
 Máxima
 85%

MARÉ
 Média
 0,0m
 Média
 1,00m
 Média de maré do Porto de Raposa

MARÉ
 Média
 0,0m
 Média
 1,00m
 Média de maré do Porto de Raposa

portos@mirante.com.br
 O ESTADO DO MARANHÃO - SÃO LUÍS, 23 de novembro de 2014 - Domingo

Pescado de Raposa movimentou R\$ 7,1 milhões na beira do cais

Quase toda a atividade econômica do município se concentra na comercialização do pescado, um comércio de R\$ 7,1 milhões por ano e que corresponde a cerca de 10% do faturamento total do estado no setor pesqueiro

Manoel Carneiro
Da equipe de O Estado

O município de Raposa, situado na Região Metropolitana de São Luís, tem uma das maiores colheitas de pescados do Maranhão, o comércio eletrônico que se mantém na comercialização do pescado. Este comércio gera uma renda anual de R\$ 7,1 milhões e corresponde a cerca de 10% do faturamento total do estado no setor pesqueiro. A maioria do produto está nas mãos dos produtores locais e que desembarca no cais da cidade, onde há uma feira para os outros municípios do estado, com destino para a capital.

Por ser a atividade econômica do maior movimento para o município, o pescado é comercializado dia e noite, mas não há uma feira fixa de comercialização que ocorre para o comércio de pescado de todos os tipos e variedades. Assim, a feira de cais, tornou-se uma tradicional festa, onde o consumidor pode encontrar produtos variados a preços baixos.

Segundo o pescador profissional João Silva, que há mais de 20 anos atua no comércio de pescado em Raposa apresenta uma faturamento de R\$ 100 mil, sendo que um dia pode ser considerado de bom dia, que corresponde ao grande volume de pescado no primeiro semestre do ano. Ele explica que no segundo semestre de alto volume de vendas que ocorre no final de março, quando acabam as férias e os pescadores voltam para o trabalho em um ritmo mais constante, há um comércio bastante movimentado para reduzir a pesca marítima, informou o pescador.

João Silva, que trabalha com a venda do pescado há mais de 20 anos, afirma que a maioria do comércio é feita com a venda local.

...há outra alternativa. Filho da Silva confirma que o peixe está procurando pelo consumidor final, que paga em média R\$ 2,00 e pode vender no atacado por R\$ 3,00. "Aqui, o peixe tem um valor de R\$ 2,00 por quilo. Dependendo do tipo de peixe, o preço varia de R\$ 1,50 a R\$ 3,00", afirma.

Ele diz que diariamente mais de 50 toneladas de peixe são levadas para a beira do cais de Raposa. "Vale lembrar que não tem hora para chegar o pescado, pois depende da maré para que os barcos possam atracar", observou.

Um dos atravessadores do comércio de pescado da Raposa, João Newton Nascimento, garante que, apesar da baixa oferta, o produto principal não falta na região. "Vai porque as redes não estão com muita coisa, mas não é por isso que não há comércio aqui. Todo o comércio de Raposa depende da venda do pescado", afirma.

O comerciante Paulo Pedro da Silva diz que se vendem muito peixe aqui. Ele afirma que a maioria do pescado que chega a Raposa é levada por caminhões frigoríficos para as feiras e mercados de São Luís e outras partes do país, sendo que o restante é vendido no interior do estado.

O servidor federal Fernando Lemos é frequentador da feira de peixe na beira do cais de Raposa. "Sempre que posso, venho aqui para comprar um peixe fresquinho e a melhor coisa, pois em São Luís o produto chega ao destino de preço mais baixo", afirmou. Contudo, ele afirma que a maioria do comércio de pescado aqui é feita com a venda local.

Ele afirma que, atualmente, Raposa conta com um comércio de 10 mil pescadores associados à Colônia de Pescadores da região. "Uma tradição do comércio de pescado no local é a venda do peixe para São Luís. Porém, há uma atividade bastante antiga e comunitária", afirma.



Manoel Antonio Cabral mostra peixes que vende diariamente na área do cais da Raposa.

Passeios turísticos são atração

Além da comercialização do pescado, o município de Raposa também tem desenvolvido no ramo de atividades turísticas, por meio de passeios embarcados, promovidos por agências, que levam os visitantes para conhecer áreas próximas como Santo do Maricó, Praia de Cariló, Praia dos Curuzú, Cratoiro das Cruzes e Ilha de Itaculim.

Uma fundação de uma agência de turismo que atua no município, Glorindo Pereira dos Santos, informou que os passeios turísticos variam de 2 a 4 horas de duração, ao preço médio de R\$ 30,00 a R\$ 40,00, dependendo da duração.

Segundo ele, o passeio é feito em embarcações com capacidade para até 20 pessoas, com um valor médio de R\$ 20,00 por pessoa. "Hoje em dia, não há mais o que falar sobre a facilidade de deslocamento de Raposa para o interior, que oferece as melhores condições de acesso a destinos turísticos", afirmou.

Preço do pescado

| Produto | no barco | na revenda |
|-----------------|-----------|------------|
| Pescado amarelo | R\$ 23,00 | R\$ 30,00 |
| Pescado branco | R\$ 6,00 | R\$ 18,00 |
| Corvina | R\$ 5,00 | R\$ 10,00 |
| Pargo | R\$ 6,00 | R\$ 12,00 |
| Peixe-verde | R\$ 5,00 | R\$ 10,00 |

Investimentos em infraestrutura

- O Governo do Estado tem investido em obras e serviços de melhoria de infraestrutura pesqueira de região;
- Em meados do ano passado, o governador Roseane Sarney entregou à população do município de Raposa o obra no cais do Porto de Raposa, que foi totalmente reconstruído, incluindo a construção de quatro pilares estruturais, com 25,40 metros cada, um deck de 40 metros, além de pavimentação de 400 metros e urbanização de área do porto. Também foram feitas 300 metros de obra de contenção;
- O valor investido foi de R\$ 3,95 milhões;
- No momento, o governo estadual vem trabalhando na reconstrução do cais de Raposa, local onde os pescadores embarcam para desembarcar o pescado, que abastece não só as feiras e mercados de região metropolitana de São Luís, mas também do interior do estado;
- No local, também está sendo feita a revitalização do Vilão Raposa, cujo espaço será destinado ao lazer dos moradores de área.

Fonte: <http://imirante.com/oestadoma/online/23112014/pdf/P12.PDF>

Segundo o jornal O Estado, publicado em novembro de 2014, o comércio gera uma renda anual de R\$ 7,1 milhões, o que corresponde a cerca de 10% do faturamento total do estado no setor pesqueiro. A maioria do pescado que chega a Raposa é levada por caminhões frigoríficos para as feiras e mercados de São Luís e outra parte vai para venda no interior do estado.

De 1950, data da chegada dos primeiros moradores do município de Raposa para os dias atuais, mudanças consideráveis ocorreram na pesca local. A princípio, a pesca era feita somente de modo rudimentar, utilizando-se de técnicas e

instrumentos empregados no Ceará, com destaque para a “pesca de currais” (Figura 22) ou “pesca de currais de arame”.

Figura 22 - Pesca de Curral – Raposa/MA



Fonte: Costa, 2012

Com o passar do tempo, vieram as pescas nos barcos a vela (canoas a pano), nos botes (igaritês) e nos barcos motorizados (Figura 23), proliferando-se então a pescaria de rede.

Figura 23 - Embarcação utilizada para pesca de rede



Fonte: Próprio autor, 2018.

A atividade da pesca é realizada pelos homens e o domínio das técnicas passa de geração em geração. Segundo Costa:

O sistema de pesca utilizado é completamente artesanal. Os instrumentos mais usados pelos pescadores são bitola, boia, corpo da agulha, linha, malha, rabo de tatu, rede, anzol, anzol de impum, anzol estrovado, cabo, cabo seis, espinhel, impum, isca, alandruá, cinto, culão, espeque, estera, morão, muruada, puçá e trado. Os peixes que mais ocorrem na Praia da Raposa são: pescada, serra, tainha, peixe-pedra e outros, sendo a pescada o peixe preferido pelos raposenses e o de mais alto valor comercial. (COSTA, 2012. P. 52)

A maioria dos pescadores não possui sua própria embarcação, trabalha para os proprietários do barco, sendo que o pescador tem direito a determinada quantidade de produção inerente a cada viagem. O sistema de pesca, de acordo com conversa informal com pescadores, funciona da seguinte maneira: teoricamente, os pescadores ficam com 50% da receita total da pescaria, os outros 50% serão do dono do barco, que paga de 5% a 10% para o mestre, responsável pelo comando da pesca e cerca de 1% ao motorista da embarcação. Na prática, porém, o lucro do pescador é bem inferior, como veremos ao abordarmos a descrição das modalidades de pesca.

Uma pequena quantidade de pescadores possui sua própria embarcação o que aumenta a porcentagem do lucro sobre o produto pescado, outra consegue apoio junto a prefeitura municipal, que em um dado momento comprou as embarcações e cedeu ao pescadores. Porém algumas dessas embarcações hoje estão encalhadas (Figura 24), foram saqueadas e se deterioraram no porto devido a falta de manutenção e por questões políticas, devido as divergências de opiniões entre os pescadores e a prefeitura municipal. Hoje o local onde as embarcações estão encalhadas é conhecida popularmente como “cemitério dos barcos”, devido ao descaso e abandono dos mesmos.

Figura 24 - Embarcação abandonada no cemitério dos barcos.



Fonte: Jornal Pequeno, 2016.

Em um diálogo com o Secretário de Pesca e Infraestrutura Fabricio de Sousa Oliveira, o mesmo relata sobre um projeto de revitalização das embarcações de propriedade da prefeitura, onde uma das metas visa dar fim ao “cemitério” dos barcos, muito criticado pela população e visitantes. O processo de revitalização das embarcações, que por anos ficaram encalhadas e em total abandono, no Porto do Braga, é um dos principais apelos dos pescadores, pois as embarcações paradas deixam de gerar emprego e renda ao município.

Dentre as modalidades de pesca do município, a que mais se destaca é a pesca de rede. Essa atividade não se resume somente em lançar a rede ao mar, há por trás dessa prática uma metodologia que propicia uma boa pescaria. Para facilitar o entendimento sobre o processo da pesca de rede, destacamos um trecho em que Costa (2012), detalha em miúdos tal prática:

Antes da saída do barco, seu dono contrata uma pessoa (*mestre*), responsável pela organização da pesca. O vezeiro abastece o barco com gelo e produtos alimentícios [...] Os barcos mais equipados têm ainda uma bolsa de primeiros socorros [...]. Possuem, ainda, sonda, navegador, rádio - média e longa distância, o que permite os pescadores se orientarem, através do rádio, sobre os locais bons para a pesca. Já nos barcos antigos, não há primeiros socorros, muito menos sonda ou rádio. Os pescadores,

ainda nos dias atuais, orientam-se pelo barulho dos peixes. Localizado o local da pesca, os pescadores jogam a rede, cada qual fazendo sua função. Há o pescador que lança a rede do lado em que há o chumbo, o pescador responsável por jogar a rede no lado em que ficam as boias e o pescador responsável por jogar, cuidadosamente, uma vara no local em que foi lançada a rede, para o caso dessa rede se soltar ou os pescadores a perderem de vista. Essa vara tem em média 3 metros de altura e tem um pano vermelho amarrado na ponta, para chamar a atenção. A maré começa a encher seis horas após a rede ter sido lançada. Nesse momento, o mestre da pesca chama os demais companheiros para retirá-la (*despescar a rede*). O motorista põe o motor para funcionar, dois pescadores retiram a rede do mar (*despescam*), enquanto o *mestre* e outro pescador ficam no meio do barco, para retirar os peixes da rede (*descentralhar*) e os colocar em cestos de palha ou caixotes. (COSTA, 2012. P.52).

O processo da pesca de rede, realizado no litoral da raposa, por ser essencialmente manual, requer conhecimentos que só quem vivência essa prática consegue realizar de forma eficaz, conhecimentos tradicionais sobre pesca que são passados de pais para filhos e assim vai perpetuando a tradição do município. A pesca é uma atividade que em sua maioria das vezes é exercida por pessoas que gostam do que fazem, por pessoas que nasceram nesse cenário e não se veem em outra atividade econômica ou mesmo por pessoas que encontraram na pesca a única fonte de renda e subsistência.

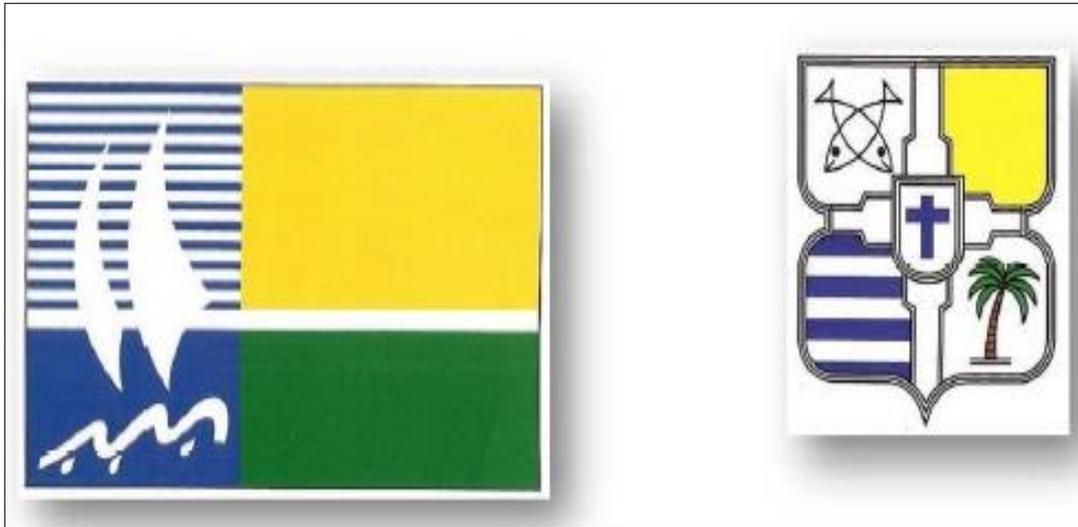
Alguns pontos deveriam ser levados em consideração quando se trata dessa atividade econômica: o risco que os pescadores correm em alto mar, os poucos ou nenhum recurso que são oferecidos aos mesmos para tal prática, a questionável qualidade de trabalho que os mesmos se submetem e o baixo lucro que se tem quanto ao produto pescado, haja vista que o pescador desde o momento que entra no mar, até o momento que sai já está com mais de 50% do seu produto comprometido. Há de se pensar, para compreender o que justifica ainda assim, a permanência de alguns pescadores nesse ramo pouco valorizado e muito explorado.

4.2 Práticas marítimas tradicionais incorporadas no litoral ribamarense

Em se tratando de economia, no município de São José de Ribamar as principais atividades econômicas que se destacam estão centradas no setor primário: a pesca artesanal, grande potencial econômico local e a agricultura familiar. A identidade da população ribamarense com as atividades relacionadas ao mar é antiga e intensa, remetendo à emancipação do município. Podemos encontrar tais referências nos símbolos que representam o município (Figura 25 e 26), no qual

estão presentes o mar, os peixes e as embarcações. Faz-se um comparativo com os antigos e atuais símbolos, que se configuram através de figuras relacionadas ao mar.

Figura 25 - Bandeira e brasão do município de São José de Ribamar



Fonte: MIRANDA, Antonio José Ferreira, 2009.

Figura 26 - Novo layout da bandeira e brasão do município de Ribamar



Fonte: Prefeitura de São José de Ribamar, 2015.

O mar sempre foi fonte de inspiração e de renda para os moradores ribamarenses e assim como em Raposa, São José de Ribamar também apoia sua economia na pesca artesanal. Que segundo Diegues (2004) “é necessário um conjunto de conhecimento sobre o meio, condições de maré, identificação dos pesqueiros e manejo dos instrumentos de pesca”. Além de tudo é necessário vocação, pois a aprendizagem sobre a pesca não se esgotam.

Com uma realidade não distante da vivida no município de Raposa, São José de Ribamar também tem uma dinâmica de pesca que vai desde a captura em alto mar por diversas formas de embarcações e instrumentos de pesca, até a comercialização que se inicia no Porto do Vieira - local que atraca maior número de embarcações – até a distribuição para o comércio local e para as redes de supermercados de São Luis.

O município conta também com uma Colônia de Pescadores fundada nos anos 70, com uma Associação de Pescadores fundada em 1998 e com um Sindicato de Pescadores fundado em 2004. Órgãos que dão apoio aos pescadores, porém que ainda necessitam de maiores assistências dos programas governamentais.

Quando se trata em quantitativo de pescadores, há certa divergência quanto ao crescimento ou diminuição de números de pessoas que vivem da pesca, pois de acordo com as associações, colônia e sindicatos, essa porcentagem tende a diminuir. Em contrapartida, de acordo com Fonseca (2013), se formos comparar através dos serviços prestados pelos estaleiros (local que são feitas as embarcações), o número de pescadores aumentou nos últimos anos:

Nos anos 90, em pesquisa in loco havia o registro de apenas três estaleiros, enquanto que em 2010, contabilizou-se em doze na zona urbana do município. O crescimento do número de estaleiros aponta também para um crescente número de embarcações ao longo de uma década, embora não se tenha registro do quantitativo de embarcações construídas nesse período, uma vez que os construtores não fazem registro. (Fonseca, 2013. P. 91).

Essas questões são relativas e há que se discutir a fundo, o motivo do aumento ou diminuição dos pescadores. Alguns argumentos nos são claros, seja pela oferta de novos segmentos do mercado, seja pela diminuição dos peixes ou pelo mercado saturado. Porém nos vem outro questionamento: por que a comercialização de embarcações tem aumentado, a ponto de crescer significativamente o quantitativo de estaleiro? Essa relação não deveria ser proporcional?

Dois pontos podem ser refletidos a luz das questões: hoje os pescadores possuem um ritmo de trabalho mais acelerado que anos atrás, o que demanda maior uso das embarcações, outro ponto é o fato de que devido ao maior uso das embarcações, maior sua capacidade de se desgastar, o que leva o pescador a comprar outra embarcação, haja vista que o valor de sua reformulação seria praticamente comparado a uma embarcação nova.

As frotas pesqueiras que mais se encontram nos portos de Ribamar são do tipo biana movida a vela e a motor, barcos movidos a motor e canoas. (Figura 27).

Figura 27 - Embarcações atracadas no Cais de São José de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

As modalidades de pescarias se constituem no litoral são desde aquelas realizadas em alto mar até aquelas em igarapés. São realizadas pescaria de linhas de mão (anzol), tanto por pescadores profissionais como por amadores, através desse tipo de pesca que se captura o principal peixe da região, o peixe-pedra, considerado como destaque da culinária local, chegando a ponto de se organizar um evento que passou a fazer parte do calendário festivo do município, o Festival do peixe-pedra.

Esse tipo de pescaria geralmente é feita em canoas ou bianas, o que acomoda uma média de três tripulantes. É um tipo de pescaria que não consegue alcançar um grande número de pescado devido a técnica desse tipo de instrumento de pesca, que possibilita a captura de um peixe por vez, a cada lance (jogada ao mar) do anzol.

Outro tipo de pescaria desenvolvida na cidade é a pesca com rede, com a utilização de bianas e barcos a motor, essa prática se desenvolve basicamente em alto mar. A técnica de lançar (jogar) a rede no mar, faz com que se capture uma grande quantidade de pescado em uma única lançada. Geralmente quem pratica esse tipo de pesca visa a venda do produto para maiores mercados. O curral (Figura 28) também é uma das modalidades de pesca desenvolvidas em Ribamar, uma espécie de cercado transpassado por varias linhas de náilon, funciona como armadilha que prende o pescado durante a vazante.

Figura 28 - Curral instalado na praia de Ponta Verde – São José de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

São diversas as formas e técnicas que os pescadores usam em alto mar. Essas peculiaridades pesqueiras exercidas no litoral de São José de Ribamar são transmitidas de pai para filho ao longo dos anos. É uma atividade econômica que não se aprende em cursos. Talvez essa seja uma das maiores deficiências na atividade pesqueira do município, pois apesar do grande conhecimentos em relação ao mar, o pescador ainda não é autossuficiente, no que se refere a comercialização do produto e assim com em Raposa, os pescadores ainda são explorados por atravessadores na hora da revenda do seu pescado.

Diferente de Raposa, onde a maioria dos pescadores mora em uma área similar a uma colônia, em Ribamar os pescadores estão distribuídos por toda cidade, de acordo com a sua dinâmica. A maioria mora na orla ou no entorno dela – lembrando que devido a ocupação dos pescadores ser datada de anos atrás, ainda não havia a especulação imobiliária que hoje existe em torno do litoral – pois no período da ocupação aquela área era considerada periférica, logo era uma região mais acessível, há também o fato de que seria mais prático tanto na questão da logística, vigilância na embarcação, quanto na questão do deslocamento para seu local de trabalho que é o mar.

5 AS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NO LITORAL MARANHENSE: CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO NO LITORAL DE RAPOSA E SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O litoral, desde a época colonial sempre foi considerado como um espaço privilegiado seja por sua importância no processo de ocupação do continente ou por ser um ponto estratégico de entrada e saída de mercadorias. O que liga o litoral ao mundo externo, ao mesmo tempo em que estabelece relações diretas com o continente. Essa área litorânea que passa a ser ocupada têm em sua população e suas atividades, características peculiares aos espaços marinhos, são práticas marítimas tradicionais que nascem junto a ocupação: criação de portos, para entrada e saída de mercadorias, construção de fortes, a fim de proteger a área conquistada e pesca artesanal, principal fonte de alimentação e renda.

O século XIX tem como marco o início das transformações que se inserem no litoral, com as inovações tecnológicas as navegações a vapor passam a dar um novo ritmo as cidades litorâneas, o que acaba corroborando com uma nova organização do espaço. Segundo Dantas (2010), “no final do século XIX, início do século XX, no cerne do desejo pelo mar, dá-se a implementação das práticas marítimas modernas no Brasil pela elite”, cuja atração pelo mar se findava na importância do banho de mar como uma prática curativa e de lazer.

O banho de mar no Brasil iniciou-se de forma tímida, com uma pequena parcela da elite desfrutando dos benefícios terapêuticos trazidos pelo mar (doenças

pulmonares, estresse), alegados pelos discursos médico da época. A partir de então, com a consolidação dos tratamentos terapêuticos e com a construção de rodovias que ligavam o centro das cidades as áreas litorâneas, essa elite começa a construir sua segunda residência no litoral, onde o maior fluxo eram nos fins de semana e em dias quentes, essas são as chamadas casas de veraneio.

Essa dinâmica de se deslocar e usufruir do litoral para diversos fins caracteriza-se como vilegiatura marítima. Vilegiatura também pode ser compreendida como:

A atividade de lazer na qual um indivíduo ou determinado grupo utiliza, em regime sazonal, de outro domicílio próprio diferente do domicílio utilizado em seu cotidiano. Ela implica em deslocamento voluntário, em busca de descanso, ócio e/ou o desenvolvimento de práticas de lazer. Para tanto, torna-se indispensável a posse de recursos suficientes para administrar um domicílio adicional, o pagamento de um *caseiro*, e as despesas decorrentes. (DE PAULA, 2010. p. 4).

Tais práticas podem ser confirmadas por Dantas (2010), onde relata o processo de vilegiaturismo em cidades como Rio de Janeiro, onde em 1892 as praias são tomadas por residências secundárias, Fortaleza, 1930 as casas de veraneios dão suporte ao tratamento de doenças pulmonares e Recife em 1950, onde relata a sazonalidade da ocupação das segundas residências.

Mais recentemente o litoral abriu espaço para o turismo litorâneo. A região Nordeste do Brasil se destaca como principal destino para o turismo no país, e a atividade passa a constituir uma das principais bases econômicas dessa região. Teoria afirmada a partir da “lógica de valorização alicerçada pelo PRODETUR-NE a partir do final do século XX (anos 1980-1990)” (DANTAS, 2010. p. 48). Tais investimentos inseridos no litoral através de programas do governo e de políticas públicas voltadas para valorização do espaço focaram novos olhares para as cidades litorâneas, o olhar turístico. Segundo o Ministério do Turismo:

O Prodetur – Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo, visa organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local.

O volume de investimentos lançados ao turismo litorâneo, fez com essa região fosse considerada uma das mais rentáveis economicamente. O que também lançou mão de políticas voltadas para as áreas que não fazia parte da zona litoral, havendo assim uma concentração de recursos nas áreas consideradas de interesse econômico.

No Maranhão, é a partir da década de 1960 que novos olhares são lançados para o litoral, com a criação de órgãos estaduais dedicados ao planejamento do turismo. Porém, segundo Costa (2017) é somente em meados da década de 1990 que a expansão do turismo se dá no litoral do estado a partir do eixo São Luís-Alcântara e que se estende, após, para a área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e seu entorno.

É sabido que a maior parte dos municípios do litoral do maranhão tem como principal forma de uso e ocupação as atividades do setor primário (pesca e agricultura). No contexto atual a dinâmica de apropriação do litoral abre espaço para novas formas de uso, seja pela exploração mineral, geração de energia eólica, além de instalação de novas infraestruturas como casas de veraneio, pousadas, bares e restaurantes, o que impulsiona o turismo para a região.

5.1 Práticas marítimas modernas no litoral do município de Raposa – MA

Não distante das outras cidades litorâneas nordestinas Raposa e São José de Ribamar também atravessaram esse mar de transformações até serem consideradas cidades de interesses turísticos e econômico.

O município de Raposa até hoje vive a dualidade entre a atividade pesqueira tradicional e o turismo litorâneo. Apesar de ser recente emancipada, Raposa hoje consegue através das atividades que envolvem o litoral, manter sua base econômica ativa. São atividades que envolvem desde a pesca artesanal e a confecção de rendas, até atividades marítimas modernas que envolvem a vilegiatura, lazer e o turismo litorâneo.

Em se tratando ainda de Raposa, convém lembrar que houve uma significativa mudança em seu litoral. Com o povoamento dos migrantes cearenses, em fins da década de 1940, numa área que era praticamente desconhecida pelos maranhenses, situada a Nordeste da Ilha do Maranhão, houve a partir de então o rompimento do meio natural “intacto”, pelas transformações do lugar decorrentes

das necessidades de quem o explorava. Mudanças maiores estariam por vir, após o acesso ao povoado via estrada de terra, como relata Rangel (2006):

Durante o Governo de José Sarney (1965-1970) houve a ligação da vila à capital, São Luís, por uma estrada de piçarras, o que propiciou um significativo incremento tanto em termos de dinâmicas de ocupação humana, quanto de crescimento das relações socioeconômicas [...] dando por lógica uma evolução processual dos caracteres produtivos (e produtores) do espaço local, obedecendo, então, a uma realidade extrínseca aos seus limites administrativos e socialmente preestabelecidos sobre uma contextualização histórica. Em virtude do incremento populacional na área do povoado contextualizado, há uma interligada necessidade de ocupação de novas áreas e conseqüentemente de utilização de novas parcelas do ambiente de entorno. Daí se deriva um processo de ocupação de áreas antes consideradas insalubres (ou impróprias à habitação), tais como parcelas de domínio ecossistêmico de manguezais e mesmo as proximidades da praia. RANGEL, 2006. p. 6).

Atualmente vários fatores foram significantes para que o litoral de Raposa fortalecesse sua relação com a maritimidade. Dentre eles a reestruturação do Viva da Raposa (Figura 29 A, B e C), que hoje se tornou um dos maiores atrativos turísticos da cidade. Pois além de ser revitalizado com equipamentos que atraem a atenção tanto de moradores como de turistas, o mesmo é a porta de saída para os principais passeios náuticos.

Figura 29 A - Feira artesanal e equipamentos de ginástica no Viva Raposa



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 29 B - Implantação de quiosques no Viva Raposa



Fonte: Próprio autor, 2018

Figura 29 C - Pavimento e iluminação do Viva Raposa



Fonte: Próprio autor, 2018

O projeto de recuperação do Viva Raposa, implantado em 2014, incluiu a construção de deck, área de acesso para esportes aquáticos, praça de lazer, além de espaço para atendimento ao turista. Esse processo que valoriza os espaços litorâneos, garantindo à população e aos turistas áreas de lazer que dão uma maior sensação conforto e segurança. Além de tornar o espaço mais atrativo, esse tipo de reconfiguração também garante a alguns moradores um meio de aumentar a renda através da venda de produtos em quiosques ou tendas de artesanatos.

Falando de artesanato, temos na cidade a renda de bilros, herança também deixada pelos imigrantes cearenses que foi passada de geração para geração e hoje é uma das principais fontes de renda das mulheres raposenses. A construção da Associação das Rendeiras da Raposa em 1988 (Figura 30), se deu por um conjunto de acontecimentos favoreceram à construção dessa casa, o principal deles, foi a abertura da Raposa para a atividade turística, principalmente após a chegada da energia elétrica e dos transportes, que intensificaram a procura pelas rendas produzidas pelas mulheres da comunidade. A intenção era reunir as mulheres rendeiras em um único local para trabalharem em grupo e assim oferecer uma melhor qualidade do produto para o consumidor.

Figura 30 - Associação das Rendeiras da Raposa



Fonte: RIOS, 2015.

Hoje além das peças em renda serem encontradas na associação, a maioria das rendeiras expõe suas peças nas portas de suas casas. A maioria delas na Rua Principal da Raposa, conhecida também como Corredor das Rendeiras (Figura 31). Esse é um ponto estratégico de venda das artesãs, pois a rua dá acesso ao Viva e ao Cais, destino da maioria dos turistas.

Figura 31 - Rua Principal da Raposa, também conhecida como corredor das rendeiras



Fonte: <https://www.modices.com.br/dicas-de-viagem/as-rendas-e-o-colorido-de-raposa>.

A Rua Principal de Raposa é conhecida não só pelas rendas que enfeitam seu percorrer, ganha destaque também por suas palafitas que desenharam a rua até o caminho do mar (Figura 32). Essa rua ganhou pavimentação e iluminação que facilita o acesso dos moradores e turistas na região, porém ainda é considerada um dos locais mais vulneráveis do município.

Figura 32 - Rua Principal da Raposa



Fonte: Próprio autor, 2018.

As distâncias diminuídas por asfaltamento, inclusão de linhas de ônibus e os caminhos iluminados pela energia elétrica proporcionaram valorização das terras próximas ao mar e conseqüentemente, atraíram interesse imobiliário. Esse fato desencadeou a construção de novas moradias e construções litorâneas (Figura 33), visando ser atrativos aos turistas, ganhando um contraste com as simples palafitas que margeiam a Rua Principal.

Figura 33 - Moradias, pousadas e restaurantes no Viva Raposa.



Fonte: Próprio autor, 2018.

Toda a infraestrutura investida no litoral de Raposa trouxe benefícios a população local, pelo fato da modernização da área proporcionar maiores ofertas de lazer, o que conseqüentemente atrairia novos olhares ao local, contribuindo para o impulsionamento do turismo. Dentre as diversas modalidades, Raposa investe no turismo de sol e praia, dando destaque para os passeios náuticos, que hoje é uma das principais formas de renda da população raposense.

São inúmeras empresas de turismo que ofertam pacotes que variam de roteiro, preço e horário. Somente na área do entorno do Cais e do Viva Raposa, são em torno de sete agências. Número esse que tende a crescer com o passar dos anos. Dentre essas agências temos a Guia Tour Passeios Náuticos (Figura 34), que oferece passeios que variam de 30 a 60 reais por pessoas, com duração de duas a quatro horas e horários variantes de acordo com a maré.

Figura 34 - Agência de Turismo



Fonte: Próprio autor, 2018.

A empresa possui cinco embarcações, com barcos apropriados para pesca e turismo. Pois no período de baixa temporada ou mesmo intercalando as atividades esses barcos são utilizados para a pesca. Além de Raposa, a maioria das empresas também fazem outros roteiros turísticos que envolvam o litoral de São Luis e São José de Ribamar.

Grande parte dos guias turísticos possuem um conhecimento ímpar da região, mesmo sem ter feito algum curso que oficialize tal conhecimento. Eles relatam que por terem nascidos no local e sempre conviver com o mar é natural que saibam descrever o ambiente. Além dos conhecimentos passados de pai pra filho, pois a maioria deles também trabalha com a pesca, atividade que necessita primordialmente do conhecimento da área.

Os passeios náuticos principal atração de Raposa, tem início no Cais do Viva (Figura 35), onde as embarcações atracam e esperam por passageiros e turistas, as reservas devem ser feitas previamente, pois os horários de saída dos passeios dependem da maré.

Figura 35 - Embarcações a espera de passageiro.



Fonte: Próprio autor, 2018.

Um dos roteiros mais procurados é o da Praia de Carimã, passeio com duração de quatro horas, onde até seu destino você conta com algumas paradas para banho, dentre elas na Crôa do Sarnambi (Figura 36 A e B) que são pequenos bancos de areia e nas Fronhas Maranhenses - pequenas dunas entremeadas pelas águas da chuva e das marés, que recebe esse nome por parecer uma miniatura dos Lençóis Maranhenses (Figura 37 A e B).

Figura 36 A - Parada para banho na Crôa do Sarnambi.



Fonte: Próprio autor, 2017.

Figura 36 B - Parada para banho na Crôa do Sarnambi.



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 37 A - Fronhas Maranhenses



Fonte: Próprio autor, 2017.

Figura 37 B - Fronhas Maranhenses.



Fonte: Próprio autor, 2018.

Todas as embarcações possuem coletes salva-vidas, porém são poucas as pessoas que os utilizam, pois seu uso não é obrigatório segundo os guias, é somente sugestivo. Alguns dos passeios possuem petiscos como camarão, peixes assados na hora e bebidas, que podem ser compradas na hora ou serem inseridas no momento em que fechar o pacote (no caso do peixe assado), já que durante essas paradas não há restaurante e bares fixos. Há também a opção dos bares flutuantes (Figura 38), que dispõem de comidas, bebidas e música para quem pretende encarar essa aventura com mais comodidade.

Figura 38 - Bar flutuante



Fonte: Próprio autor, 2018.

Ao concluir o percurso e chegar na praia de Carimã (Figura 39), podemos encontrar um ambiente pouco explorado e que ainda não sofreu nenhuma mudança estrutural pelo homem. Por ser uma praia deserta, a mesma não dispõe de nenhuma construção, seja de bares, casas ou restaurantes, por isso é necessário que se leve comida e bebida para o local.

Figura 39: Praia de Carimã - Raposa



Fonte: Próprio autor, 2018.

Outra praia eu merece destaque é a de Mangue Seco (Figura 40), assim batizado devido seu principal acesso através de um mangue que, na maré cheia, possibilita o acesso à praia somente através de canoas. Portanto, as pessoas conseguem chegar até a praia somente se o mangue estiver seco. Seu principal acesso é feito pela MA 203, onde em um dado momento é necessário estacionar o carro em uma vila de pescadores e seguir a pé ou de canoa pela trilha (Figura 41) que dá acesso à praia.

Figura 40 - Praia de Mangue Seco - Raposa



Fonte: <http://jorlanphb.blogspot.com/2014/01/profa.html>

Figura 41 - Acesso a Praia de Mangue Seco - Raposa



Fonte: <http://jorlanphb.blogspot.com/2014/01/profa.html>

A principal característica dessa praia é a simplicidade e rusticidade de seus poucos bares, são pequenos comerciantes que oferecem um cardápio fresco e típico da região, como o caso da pescadinha frita.

Uma praia de maior movimento, que dispõe de infraestruturas como restaurantes e bares é a praia do Garrancho (Figura 42). Que fica localizada no entre o Cais e o Viva Raposa, locais de maiores investimentos quanto a modernização do litoral e de grande fluxo de turistas. Sendo, portanto, a mais acessível de todas.

Figura 42 - Praia do Garrancho - Raposa



Fonte: Próprio autor, 2018.

Apesar de pouco dinamismo em relação as cidades litorâneas mais movimentadas do Nordeste e até mesmo as praias da capital, Raposa possui em sua maritimidade, marcas de que o tempo passou e as transformações do litoral estão sendo evidenciadas a cada dia. Já não se vive somente da pesca e do artesanato como em tempos de outrora. Hoje a economia do município é mais diversificada, o litoral ganhou novas conotações e o turismo passou a ser um grande impulsionador dessas transformações.

Embora venha sendo tomada por novas construções de casas, pousadas e restaurantes nas últimas três décadas, as embarcações dos pescadores tenham se modernizado, as margens do litoral tenham sido reconfiguradas, ainda encontramos moradias simples como palafitas em meio a modernização, os pescadores ainda utilizam jangadas em suas pescarias e as mulheres da comunidade continuam se dedicando ao artesanato da renda de bilros, ofício e tradição que aprenderam desde a infância. Com isso o litoral de raposa vem se transformando e se adaptando as novas necessidades, porém não deixa perder a essência, que fundamenta sua origem.

5.2 O litoral ribamarense e sua reconfiguração

Ribamar também é conhecida como cidade balneária, essa denominação foi lhe ofertada devido a balneabilidade de suas praias, que no segundo quarto do século XX era indicada por médicos e outros profissionais da saúde, como um local de tratamento, descanso e lazer (FONSECA, 2013. p. 96). Isso fez com que as famílias com maior poder aquisitivo de São Luis construíssem sua segunda residência em Ribamar

São José de Ribamar é tradicionalmente conhecido pela oferta do turismo religioso. Porém com o incremento de novas políticas voltadas para a valorização do litoral, a mesma começa a ganhar destaque no setor turístico através de atividades relacionadas a maritimidade. São vários os fatores que atraem o público para essa atividade, o principal deles é a combinação de calor, água e diversão. São José de Ribamar dispõe de atrativos naturais que atraem turistas e visitantes que buscam lazer e bem estar, são as praias urbanas e praias semidesertas, além do novo atrativo turístico implantado recentemente na região central do município, o Cais de Ribamar.

Dentre os novos usos do litoral, podemos destacar as praias urbanas do município, dentre elas a Praia de Banho (Figura 43 A e B), onde em sua orla acontece a maioria dos eventos, é a mais acessível, pois fica no centro da cidade.

Figura 43 A - Praia de Banho – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 43 B - Praia de Banho. Vista voltada para a sede da cidade



Fonte: Próprio autor, 2018.

Nela encontram-se residências, bares e restaurantes bastante frequentados nos finais da semana. Grandes eventos também acontecem na orla da praia de Banho, dentre eles o Carnaval lava pratos (Figura 44), que é o carnaval fora de época da cidade e o Lava bois (Figura 45) encontros de bumba meu boi do Maranhão.

Figura 44 - Lava pratos na orla da Praia de Banho – São Jose de Ribamar



Fonte: SILVA, 2018.

Figura 45 - Lava bois na orla da Praia de Banho – São Jose de Ribamar



Fonte: SILVA, 2018.

A praia de banho recebe uma grande quantidade de turistas na mesma época, sua demanda é principalmente pelo turismo de massa, haja vista que sua reestruturação foi pensada como forma de receber um grande quantitativo de pessoas e eventos de grande proporção.

Já a praia de Panaquatira (Figura 46), considerada uma das melhores do município, recebe intensa influência das marés, alargando-se por vários quilômetros quando a maré está baixa, tornando-se ideal para passeios e caminhadas junto à natureza. O acesso à praia se dá pela MA 201, até a chegada da estrada principal de Panaquatira (Figura 47). Onde percebemos uma maior facilidade de acesso devido ao asfaltamento da única via de acesso da praia.

Figura 46 - Praia de Panaquatira – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 47 - Av. Principal de Panaquatira/Acesso a praia – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Uma das características da praia de Panaquatira é a grande quantidade de casas de veraneio, onde parte encontra-se disponível para locação por temporada (Figura 48). Hoje percebemos que essas segundas residências começam a ser pouco frequentadas por seus proprietários, devido o aumento da violência na região¹⁴, por isso o aluguel temporário é uma opção para muitos proprietários.

Figura 48 - Casas de Veraneio na Praia de Panaquatira – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

¹⁴ Com base no Atlas da Violência, levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a cidade mais violenta do Maranhão é São José de Ribamar. Em 2015, ano base da pesquisa, foram 159 homicídios e nove mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) para uma cidade que fica na Região Metropolitana de São Luís e tem pouco mais de 174 mil habitantes. Assim, a taxa de homicídio gira em torno de 89,2% e a taxa de mortes violentas com causa indeterminada chega a 5,2%. São José de Ribamar também tem praias que atraem turistas, mas a presença de criminosos, inclusive com invasão de residências, tem registros toda semana. As principais praias do município são Panaquatira, Boa Vista e Juçatuba. (G1 Maranhão, São José de Ribamar, MA. 05/06/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/atlas-da-violencia-revela-que-sao-jose-de-ribamar-e-a-mais-violenta-do-maranhao.ghtml>).

Apesar do índice de violência ter aumentado na região, Panaquatira, é uma das praias mais procuradas pela população da região metropolitana, principalmente da capital, que buscam fugir do intenso aglomerado das praias da capital. Na orla de Panaquatira, podemos encontrar bares e restaurantes que oferecem variados cardápios, com prioridades para os frutos do mar. Além de vendedores ambulantes que buscam a ampliação de sua renda, são em sua maioria vendedores de água de coco e artesanatos em geral (Figura 49)

Figura 49 - Venda informal na Praia de Panaquatira – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Com um considerável fluxo de pessoas, temos as praias do Meio (Figura 50) e Araçagy (Figura 51) que ficam próximas de São Luís, mas pertencem a São José de Ribamar. Onde no fim de semana têm grande movimentação de turistas e banhistas da capital.

Figura 50 - Praia do Meio – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 51 - Praia do Araçagy – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

São praias com características semelhantes, totalmente urbanizadas, com calçamento reservado para caminhada e implantação de quiosques e com o maior fluxo de pessoas. Essa porção do litoral dispõe diversas atividades que incluem esportes náuticos como kitesurf (Figura 52), caminhada pela orla e vilegiatura.

Figura 52 - Kitesurf praticado na praia do Meio– São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Uma peculiaridade das duas praias, além da modernização de suas orlas, de bares e restaurantes mais sofisticados, é a concentração e deslocamento de veículos na faixa de areia (Figura 53 A e B), onde não é proibido circular com carro ou moto, mas é necessário o bom senso dos motoristas quanto a velocidade. Sobre a fiscalização do tráfego de veículos nas praias do Meio e do Araçagy, a Prefeitura diz que mantém, nos finais de semana, uma equipe disciplinando e fiscalizando o trânsito nas praias.

Figura 53 A - Veículos dispostos na praia do Araçagy– São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Figura 53 B - Veículos estacionados na praia do Meio– São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Em 2014 houve um parecer que proibia o transito de veículos na praia, com a promessa de que a orla da praia do Araçagy seria urbanizada, a avenida que dá acesso a praia seria duplicada para que os carros pudessem estacionar na área de cima. Porém no ano seguinte o transito voltou a ser permitido, pois as promessas de estacionamento de veículos em local apropriado não foram cumpridas e segundo a Prefeitura não havia outra forma de acesso a praia.

Para os banhistas esse é um risco constante já que muitas vezes os veículos andam em alta velocidade podendo causar acidentes. Para o meio ambiente, o mesmo se encarrega de mostrar aos condutores que lugar de automóvel não é na praia (Figura 54).

Figura 54 - Veículos surpreendidos pela maré na praia do Araçagy – São Jose de Ribamar



Fonte: <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/01/02/susto-e-desespero-veiculos-ficam-atolados-na-praia-do-aracagi/>

Esse quadro acontece quase todos os anos, em razão da maré de sizígia que sempre surpreende os donos de veículos, causando o “atolamento” dos mesmos. Tendas de restaurantes e bares localizados na área também ficam ilhadas. O mais intrigante de tudo isso é a indignação dos condutores dos veículos que foram

sendo levados pela ação da água do mar. O que deveria ser visto como algo natural e remediável é resumido em apelos e reclamações¹⁵.

A praia do Araçagy dispõe hoje de parte de sua orla revitalizada (Figura 55), com a pavimentação da Av. Atlanta, principal via de acesso da praia, moradores e turistas do local destacam a importância desse tipo de serviço. Embora ainda não finalizada, é perceptível a mudança que ocorreu no trecho revitalizado. O local virou um ponto turístico e de lazer da região e vendedores já começam a explorar essa nova área.

Figura 55 - Revitalização da praia do Araçagy– São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Essa é uma das quatro etapas de construção, que segundo a Prefeitura em parceria com a Sinfra – Secretaria de Infraestrutura, ainda serão construídos

¹⁵ “O aposentado Alberto Gonçalves Souza, de 60 anos, ficou indignado. “Quando a maré começou a encher, eu só vi o desespero dos motoristas para saírem. Eu não sabia que isso acontecia aqui na Praia do Araçagy. Não fui avisado. Para acabar de vez com esse problema, o ideal seria proibir os veículos descerem”, opinou Souza.” (JORNAL O ESTADO, publicado em 02/01/18). Disponível em: <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/01/02/susto-e-desespero-veiculos-ficam-atolados-na-praia-do-aracagi/>. Acesso em: 03 jan. 2018.

1.500 metros de calçadão, com estrutura de pista de cooper, área para ciclismo e novos espaços de vivências.

Saindo do ritmo acelerado das praias movimentadas, São José de Ribamar também possui praias semidesertas, com paisagens naturais e um roteiro ideal pra quem quer relaxar ou se aventurar em acampamentos e ecoturismo. As praias de Boa Viagem (Figura 56) e Juçatuba são praias mais isoladas, com paisagens naturais e casas de veraneios disponíveis para locação, ideais para a prática do turismo ecológico, acessíveis por transporte particular ou transporte público.

Figura 56 - Praia de Boa Viagem – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Há de se ressaltar a dificuldade de acesso dos locais, tanto pela distância, quanto pela falta de infraestrutura das vias de acesso (Figura 57). São estradas de piçarra em sua grande parte e sem sinalização, e em certos pontos com áreas desertas, sem moradias, o que gera certa insegurança em relação ao local.

Figura 57 - Acesso a praia de Boa Viagem – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Fora as dificuldades de acesso, chegando a Boa Viagem, nos deparamos com um lugar bucólico, pois o que se encontra são algumas unidades de pescadores em alto mar e casas de veraneio esquecidas. Temos a sensação de ser uma praia abandonada (Figura 58).

Figura 58 - Casas de veraneio na praia de Boa Viagem – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Já em Juçatuba, apesar do seu acesso ser parecido com Boa Viagem, ao chegar no seu destino final, nos deparamos com um lugarejo que abriga uma singularidade própria. Com uma vista privilegiada da Baía de São José e da cidade de Ribamar. Conhecida também por praia de Unicamping (Figura 59), nome dado em referência aos primeiros desbravadores do lugar, gente que vinha pra acampar na chamada ilha deserta. A faixa de areia tem cerca de 800 m de extensão e a praia é cercada pelo mangue.

Figura 59 - Praia de Juçatuba/Unicamping – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

A praia dispõe de singelos bares e restaurantes com barracas de palha (Figura 60), que se espalham pela sombra dos babaçuais. Além de chalés e casas de veraneio.

Figura 60 - Barracas de palha na praia de Juçatuba – São Jose de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Caúra e Ponta Verde são praias formadas por falésias, propícias para esportes náuticos e com casas de veraneio, disponibilizadas para aluguel. O estirâncio da praia de Caúra (Figura 61) é utilizado pelos visitantes para a prática de esportes e para a instalação de barracas pelos donos de bares nos períodos de maior visitação, geralmente durante as festividades do município (SOUZA; CAMPOS; FEITOSA, 2007). O acesso à praia do Caúra é realizado por embarcações ou por terra, porém os moradores e turistas preferem fazer a travessia de barco, por demandar menos tempo.

Figura 61 - Praia do Caúra – São Jose de Ribamar



Fonte: Prefeitura de São José de Ribamar

Alguns dos esportes náuticos praticados na praia são caiaque e stand up paddle (Figuras 62 A e B).

Figura 62 A - Caiaque, praia do Caúra – São Jose de Ribamar



Fonte: Prefeitura de São José de Ribamar

Figura 62 B - Stand up paddle, praia do Caúra – São Jose de Ribamar



Fonte: Prefeitura de São José de Ribamar

Segundo Souza, Campos e Feitosa (2007), os pescadores que moram na região, transportam passageiros nos períodos em que não estão pescando, geralmente são turistas, visitantes e moradores da praia que vem a sede do município para trabalhar, estudar ou em busca de serviços bancários e de bens alimentícios, visto que esta é a forma mais simples de se conseguir estes tipos de serviços.

Além das praticas marítimas modernas já citadas, existe no município um festival destinado a um dos seus principais produtores de renda, o pescado. O consumo do peixe pedra se tornou salutar no município, devido esse peixe, ser encontrado em grande quantidade na baía de São José. Foi então criado o Festival do Peixe Pedra em 1977, na tentativa de atrair turistas e movimentar a economia local, conforme os relatos históricos. O evento era organizado pela Prefeitura Municipal, com o apoio da Colônia de Pescadores e Associação dos Barqueiros, a programação cultural era desenvolvida nas dependências do Parque Municipal Folclórico Therezinha Jansen, situado na orla marítima da cidade, onde também eram instaladas dezenas de barracas, nas quais os visitantes podiam apreciar as diversas formas de consumir o peixe pedra.

O Festival do Peixe-Pedra contava com uma programação cultural, gastronômica e esportiva, com a tradicional regata marítima (Figura 63), cujos navegadores partiram da praia de Guarapiranga em direção à praia de Banho na

sede do município, competição da pesca do maior peixe pedra, assim como o Circuito Maranhense de Vôlei de Praia, com jogos entre duplas com premiação para as melhores colocações das competições, além de shows e atrações culturais.

Figura 63 - Regata marítima realizada durante o Festival.



Fonte: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, 2011.

Segundo Conceição (2008), na década de 1990, sua realização foi interrompida, sendo retomada somente em 2005 e chegando em 2011 a sua 21ª edição. Porém, nos últimos 3 anos, segundo a SEMTUC, o festival deixou de acontecer, por desacordos entre os organizadores e hoje está sendo reformulado para atrair maior número de turistas.

Atualmente um dos principais cartões postais da cidade é o Cais de Ribamar (Figura 64), revitalizado em 2017, uma parceria do Governo do Estado com a Prefeitura Municipal, sendo a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) responsável pelo trabalho de recuperação e modernização.

Figura 64: Revitalização do Cais de Ribamar – São José de Ribamar



Fonte: <http://www.vianensidades.com.br/brasil/governador-flavio-dino-entrega-modernizacao-do-cais-de-ribamar-novo-ponto-turistico-da-ilha-de-sao-luis/>

Com a revitalização, o cais ganhou equipamentos para o lazer e ginásticas (Figura 65), uma estrutura que passa a ter áreas de passeio e convivência e diversificação da oferta turística e de lazer no município.

Figura 65 - Área de lazer do Cais de Ribamar – São José de Ribamar



Fonte: Próprio autor, 2018.

Com esse novo investimento no espaço litorâneo, começa a perceber como a população vem se apropriando mesmo, seja através do lazer ou pela oportunidade de geração de renda, através de produtos artesanais ou alimentos. Além de gerar empregos diretos e indiretos, trazendo segurança para as famílias ribamarenses e para os visitantes. O local, conta também com um posto policial e uma estação de tratamento de esgoto e de drenagem pluvial. Tendo como seus objetivos atender as pequenas embarcações da região e ao mesmo tempo fomentar o turismo local.

Ao esmiuçar as praticas marítimas modernas incorporadas ao litoral ribamarense, percebemos que o mesmo busca alcançar todo o público que procura lazer e turismo em lugares marítimos. Para tanto, vem se adaptando de acordo com a realidade do local e a necessidade de quem o usufrui. Em certos lugares não é preciso haver transformações, revitalizações, modernizações, basta haver o olhar curioso de quem pretende o apreender. Entretanto, em outros é necessário mudanças que deem vida ao local, dessa forma, por consequência o local se tornará atrativo e bem quisto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a maritimidade de um determinado lugar requer cuidados. Entender o modo como a mesma influenciou e influencia seu modo de vida, é o primeiro passo. Ao adentrar no meio desse mar é preciso primeiramente fôlego para buscar em suas profundezas a origem de todo o seu processo, aproveitando o vai e vem da maré para buscar o máximo informações que concretizam sua fundamentação.

A Maritimidade tem se tornado um assunto muito discutido, pois hoje o foco e olhares de muitos interesses estão voltados para o mar. O litoral vem sendo pauta de diversos estudos, pois ele é os dos principais motores que gera a economia no Brasil. Aquele local de ócio vivenciado em tempos atrás, hoje é passível de especulações turísticas, imobiliárias, disputas de espaços e de constantes transformações.

O que percebemos é uma disputa entre o tradicional e o moderno, um tentando se sobressair ao outro. A praia vem abrindo espaços para as práticas de lazer e turísticas ao passo que vai afastando de modo silencioso o pescador de seu habitat natural.

Não distante, temos os casos dos municípios de Raposa e São José de Ribamar, municípios com suas particularidades, porém com laços que os ligam e os tornam passíveis de análises: a apropriação do litoral como fonte de renda. Tradicionalmente sua economia e subsistência era baseada unicamente na pesca artesanal, hoje o litoral dispõe de ofertas que diversificam as atividades econômicas, abrindo espaços para novos meios de fonte de renda.

Transformações foram necessárias para que um novo litoral surgisse através do moldar do tempo. O que antes era somente local de moradia e trabalho, hoje abre espaço para o lazer e turismo. O turismo litorâneo, principal impulsionador da modernização do litoral, trouxe consigo benefícios que modernizaram esses lugares: acesso as praias, asfaltamento, iluminação, áreas de lazer (praças), infraestrutura sanitária, instauração de bares, pousadas e restaurantes, construção de casas de veraneios, ofertas de diferentes formas de esportes relacionados ao mar, geração de emprego, dentre outros.

Porém acabou por modificar a dinâmica dos que já viviam nesse lugar, pescadores tradicionais são obrigados a se adaptar as novas práticas litorâneas e

moradores passam a conviver com um fluxo de pessoas que não faziam parte de sua rotina. Esse modo de apropriação acaba trazendo novos atores para litoral e afastando os antigos.

Litoral esse que depois de modernizado, dificilmente será apropriado por inteiro por seus moradores, em sua maioria esses serviços e ofertas de apropriação se restringem somente aos visitantes e turistas. Ao morador resta servir como mão de obra para o turismo.

É importante que haja essa transformação dos espaços, afinal vivemos em movimento, nada é estático. Os lugares vão se moldando de acordo com as necessidades do tempo e das pessoas. Mais importante de tudo é manter viva a tradição, mesmo que adaptada aos novos tempos, contando que não se deixe perder a essência que transformou aquele espaço geográfico em um lugar, lugar de relações, de vivência e de convivências.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Z. S. et al. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Maranhão. *In*: ISAAC, V. J. et al (Eds). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Brasília: Editora Universitária, 2006. p. 41-65.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de São José de Ribamar, MA**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-jose-de-ribamar_ma. Acesso em: 23 jun. 2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de São José de Ribamar, MA**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/raposa_ma. Acesso em :23 jun. 2017.
- AZEVEDO, R. et al. **Raposa**: uma visão antropolinguística. São Luís: SIOGE, 1980.
- CAETANO, A. F. P. A Revolta de Beckman pelo olhar de João Felipe Betendorf e da Documentação do Conselho Ultramarino. *In*: Simpósio Nacional de História, 24., 2007. São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 1-8 Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0183.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.
- CANEDO, E. V. da S. O. de. **Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80**: a distribuição da terra e atividades agrícolas. São Luís: Ed. da autora, 1993.
- COLTRO, AI. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, SP. v. 1, n 11, 2000.
- CONCEIÇÃO, M. de J. **São José de Ribamar**: cidade de encantos. São Luis: Gráfica e Editora Alpha. 2 ed. Ampliado, 2008.
- CORBIN, AI. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COSTA, C. R. R. da. Turismo, produção e consumo do espaço urbano. **Revista Geografia em Questão**. v.05 n.01, p. 147-162, 2012
- COSTA, R P. **Estudo linguístico no litoral maranhense**: léxico e cultura dos pescadores do município de Raposa. (Dissertação) Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2012.
- COSTA, C. R. R. da. Planejamento e expansão do turismo no litoral do Maranhão. **Conex. Ci. e Tecnol**. Fortaleza, CE, v. 11, n. 5, p. 54 - 65, dez. 2017.
- DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, SP, n. 15, p. 63 -76, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo5.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANTAS, E. W. C. **Mar a vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DE PAULA, E. O. DANTAS, E. W. **Das práticas marítimas tradicionais às modernas**: notas sobre a vilegiatura marítima na região metropolitana de Fortaleza. *In*: Seminário Nacional Governança Urbana e desenvolvimento Metropolitano, 2010 Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. p. 1-19.

DESIGNER, Blog Artesanato e. **Artesanato**. Disponível em: <http://mmtreinamento.wixsite.com/pesquisa-artesanato>. Acesso em: 24 jun. 2017.

DIAS, L, J, B et al. **Geomorfologia e análises ambientais do sítio urbano de Raposa (Ma)**. *In*: Simpósio Nacional de Geomorfologia/Regional Conference on Geomorphology, 6, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SINAGEO, 2006. p. 1-11.

FEITOSA, A. C. **Dinâmica da paisagem na área costeira do Município de Raposa, Estado do Maranhão**. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 1998.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese – (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) São Paulo, 2008.

FONSECA, A. V. de L. **Uma jornada geográfica litorânea como proposta para ensinar e aprender geografia na escola**: uma experiência em São José de Ribamar-MA. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 21.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca e dados dos municípios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2017.

LACROIX, M. de L.L. **A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. 2. ed. rev. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.

MARANHÃO, Estado do. **Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**: Atlas do Maranhão. São Luís: UEMA/GEPLAN, 2002.

MIRANDA, A. J. F. **São José de Ribamar**: nossa história, nossa cultura e nossa gente. São Paulo. Cortez, 2009.

OLIVEIRA, M. A. de; QUEIROZ, D. R E.; SANTOS, M. L. dos. A percepção como instrumento para a educação ambiental: estudo de caso aplicado aos moradores do

bairro Tarumã em Maringá-PR. **Boletim de Geografia/ Departamento de Geografia**. Maringá, PR, v. 28, n. 2. p. 65-81, 2010.

PIORSKI, N. M.; SERPA, S. S.; NUNES, J. L. S. Análise comparativa da pesca de curral na Ilha de São Luís, Estado do Maranhão, Brasil. **LABOMAR – Arquivo de Ciência do Mar**. Fortaleza, CE, v.42, n. 1. p. 1-7, 2009.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAPOSA, Prefeitura Municipal de. **Atrativos Naturais**. Disponível em: <http://www.raposa.ma.gov.br/novo/atrativosnaturais.html>. Acesso em: 24 nov. 2017.

REIS, J. **Raposa: seu presente, sua gente, seu futuro**. São Luís: SIOGE, 1998.

RIOS, L. **Estudos de Geografia do Maranhão**. Editora Gaphis, 3 ed. São Luís, 2001. 53 p

RIOS, R. da M. **Memórias rendilhadas: trajetórias e saberes das mulheres rendeiras de Raposa-Ma**. Dissertação (Mestrado em Designer) – Setor de Artes, Comunicação e Designer da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS et al. Sustentabilidade ambiental municipal: uma análise geosistêmica do município de São José de Ribamar-MA. *In: Encontro Nacional de Geógrafos*, 16, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENG, 2010. p.1-7

SANTOS, P. V. C. J. et al. Perfil socioeconômico de pescadores do município da Raposa, estado do Maranhão. **Rev. Bras. Eng. Pesca**, [S.l.], v. 6, n.1, p. 1-15, 2011.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, Prefeitura Municipal de. **Praias**. São José de Ribamar, 2017. Disponível em: <http://www.saojosederibamar.ma.gov.br/detalhe-da-materia/info/praias/16540>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SILVA, A M. F. da. **A cidade e o mar: as práticas marítimas modernas e a construção do espaço da Praia do Futuro (Fortaleza-Ceará-Brasil)**. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Geografia - Programa de Pós Graduação em Geografia-Fortaleza-CE, 2006.

SOUSA, J.U.P. **“Os estilhaços”**: debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luís do Maranhão. **Outros Tempos**, São Luís, MA, v. 04, 2007, p. 111-134.

SOUZA, U. D. V.; CAMPOS NETO, J. R.; FEITOSA, A. C. A interface percepção ambiental e geomorfologia no estudo da praia de Caúra em São José de Ribamar - MA. **Cadernos de Cultura e Ciência**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 01-11, 2007.

STRIDE, R.K. **Diagnóstico da pesca artesanal marinha do Estado do Maranhão**. São Luís: CORSUP/EDUFMA, 1992. 205p.

TROVÃO, J. R. **Ilha latifundiária na Amazônia Maranhense estudo da expansão da fronteira agrícola no médio vale do Pindaré: o caso de Santa Inês.** São Luis: UFMA/PPPG, 1989.

TROVÃO, J.R. **Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão.** São Luís: IMESC, 2010.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís: IMESC, 2008.